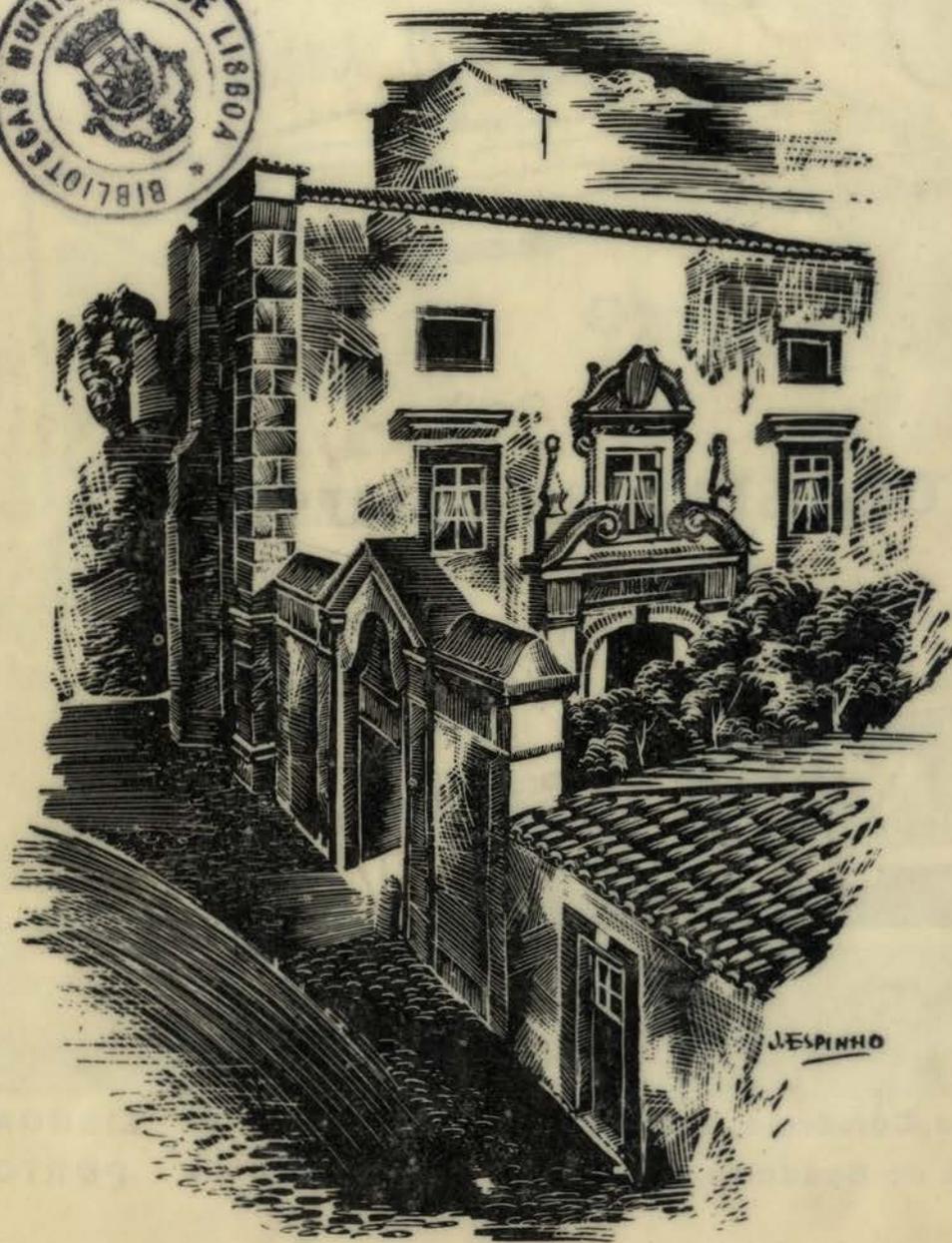


OLISIPO

Boletim Trimestral do Grupo

Amigos de Lisboa

ANO XXII • N.º 87 • JULHO 1959



SOCIEDADE GERAL

DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES



SG



TRAMPING

AGÊNCIA
CARREIRAS REGULARES

TRÂNSITOS

REBOQUES



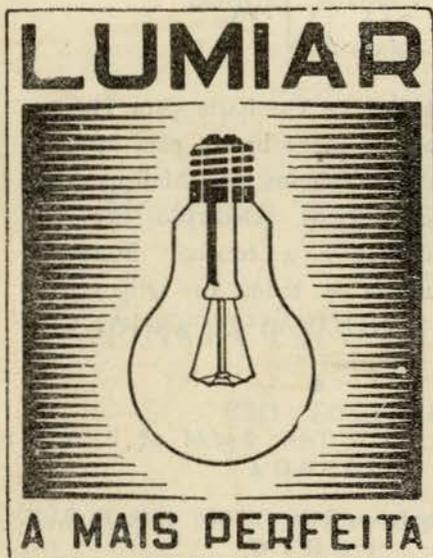
Rua do Comércio, 39 • Telef. 26314 • LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 82 • Telef. 27363 • PORTO

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7
Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA



CAMILO
CASTELO
BRANCO



O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

30 VOLUMES

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

CAMILO

Edições da

Parceria António Maria Pereira
RUA AUGUSTA, 44 A 54
Telef. 31730 • End. Teleg. PARCEPEREIRA

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58 • Telef. 28663 • LISBOA

PAINÉIS DE AZULEJOS com *Imagens e Cenas Religiosas*

LOUÇAS DECORATIVAS, SANITÁRIAS E DOMÉSTICAS — AZULEJOS PARA TODAS AS APLICAÇÕES

Agentes:

LISBOA
R. Rodrigo da Fonseca, 70, r/c., E. — Tel. 54872
PORTO
Galeria de Paris, 96, 1.º — Tel. 27012

**FÁBRICAS
A L E L U I A**
AVEIRO
Telefones 22, 806 e 807

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

•
**ON PARLE
FRANÇAIS**

•
**ENGLISH
SPOKEN**

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvária, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

•
**Rua Augusta, 161 — Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

**Rua Sá da Bandeira, 166 — Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

Completamente Remodelada

Reabriu de novo para bem servir a sua numerosa clientela,
com um sortido completo de

*Pincéis, telas e tintas de óleo para aquarela, desenho e guaches das marcas
LEFRANC, WINDSOR, PELIKAN, SCHMINCKE, etc.*

" Papellaria Camões de AUGUSTO RODRIGUES & BRITO, LDA.
42. Praça Luís de Camões, 43 — Telef. 2 30 63 — LISBOA

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º - Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

José Maria de Noronha Feyo

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Silvío Guimarães

OURIVESARIA DA GUIA

Fundada em 1875

Joias

Pratas Modernas e Antigas

Ouro-Relógios

Na sua nova Sede: Rua Dom Duarte, 4-B - Tel. 86 39 36 - LISBOA
(Edifício do Hotel Mundial)

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas:

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS

CARVÃO

SEGUROS

REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)

FOLHA DE FLANDRES E AÇOS

EXPORTAÇÕES

IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

Oferta
27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXII

JULHO DE 1959

NÚMERO 87

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

LISBOA MANUELINA por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	115
HISTÓRIA DE UMA RUA SEM CASAS — VILA QUENTE por <i>Ferreira de Andrade</i>	120
QUILLARD EM LISBOA por <i>Luís Bonifácio</i>	124
O PALÁCIO BARCELINHOS E O SEU ANTECESSOR O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA por <i>Mário Costa</i>	129
UM LISBOETA BEM AMIGO DE LISBOA por <i>E. D.</i>	147
A PROPÓSITO DE UMA VIAGEM CULTURAL AOS AÇORES E MADEIRA pelo <i>Dr. Francisco Felix Machado</i>	149
HOMENAGEM A LISBOA pelo <i>Dr. Eduardo Neves</i>	151
ACTIVIDADE CULTURAL	155

CAPA: Entrada do Pátio D. Fradique — Desenho de *J. Espinho*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



Brigadeiro
Eduardo Ferreira do Nascimento



Engenheiro
Ricardo Teixeira Duarte

Em poucos dias sofreu o Grupo duas perdas das mais severas, a destes nossos dois bons Amigos, que quase desde os primórdios nos vinham acompanhando com uma dedicação e uma afeição que deve ter passado despercebida a muita gente. É no fervor silencioso de desvelos, que se apagam por modestia, que está muito da glória dos «Amigos de Lisboa».

Quer o Brigadeiro Ferreira do Nascimento, quer o Engenheiro Teixeira Duarte estavam neste caso, e é curioso, distanciados por assinalável diferença de idade e por formação profissional tão diversa, havia neles alguma coisa de comum. Ambos eram convictos lisboetas e dois eruditos conhecedores — de saber de ciência feito — dos problemas citadinos. Um e outro compareciam a tantas das nossas manifestações culturais, discretamente envolvidos na massa dos assistentes, não procurando nunca salientar a nota da sua presença.

O Engenheiro Teixeira Duarte, que conheceu as culminâncias da sua profissão como Presidente da Ordem dos Engenheiros, era essen-

cialmente um técnico que baseava os seus pontos de vista na solidez da sua cultura e na seriedade de uma consciência cristalina. Era, quanto se pode dizer, um homem respeitado pelo seu aprumo rectilíneo, e pessoa de sábio conselho.

O Brigadeiro Ferreira do Nascimento, cuja brilhante folha de serviços aqui se não vai desenvolver, exige todavia que se cite um dos postos mais altos que ocupou na sua carreira militar, a de Chefe do Estado Maior de Angola. Na sua vida civil era um conversador cheio de interesse, dotado de espírito crítico agudo, mas justo e bem intencionado. A sua cultura destacava-se a grandes alturas no campo da História, tema sobre que era possível ouvi-lo disreterejar horas seguidas.

A Engenharia e o Exército perderam dois dos seus maiores valores, Lisboa dois dos seu mais dilectos Amigos.



PRÓLOGO DE UMA DESCRIÇÃO

LISBOA MANUELINA

por GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

PARA se ter uma impressão do que seria o aglomerado urbano da cidade do Tejo no primeiro quartel do quinhentismo, há que fechar os olhos, esquecer de todo a sua fisionomia de agora, e abri-los, num esforço de imaginativa, para uma visão interior em que as sugestões das ruas indisciplinadas, dos imprevistos e dos brancos da alentejana Évora têm de intervir capitalmente. Forma, cor, movimento, sombras, desequilíbrios construtivos nas massas arquiteturais, a quebra constante dos alinhamentos, isto à parte a mancha populacional, num contraste de policromias, escorrendo pelas serventias, tudo era totalmente diferente de agora. Bastavam os caleados vivos, reverberando, dentro dos caixilhos das cantarias do lioz de Liceia, os tons roxos das sombras de desenhos recortados, vindas da extravagância dos paramentos balanceados, dos arcos, passadiços e reentrâncias e, da variedade das coberturas terraçadas ou acuminadas, para lhe dar um «facies» opulento de particularismos de interesse visual.

Vista de um dos altos do medieval Compolit — o nosso Campolide de agora — que o romantismo de Garrett quis filiar num «Campo da Lide», errado topónimo que não existiu, Lisboa mostrava-se completa, ondulando o casario em outeiros que nunca foram sete, como os imaginosos historiadores de seiscentos contaram, para que ela se pudesse emparelhar a Roma nessa feição do seu pousio teatral.

Toda branca — a cor só no século XIX interveio a pintalgá-la de amarelo primeiro, e depois de todas as cores do arco-íris — cintada em parte pela muralha do arrependido D. Fernando que a vira entrada e assolada pelos castelões de D. Henrique, e parte extravasando para Nascente e Poente, em Vilas Novas de impetuoso crescimento, a cidade era ainda aquela «noiva na sua alcova nupcial» como a definira o poeta árabe. As brancuras da sua roupa urbana desdobravam-se para fora do catre verdejante em pregas e refegos irregulares de arruamentos confundidos e entrelaçados e de telhados e de açoteias que se acotovelavam no desespero de avançar. O bloco primitivo descaindo do Castelo, dezenas de vezes destruído e reconstruído, para a margem do rio, nem deixava suspeitar, de longe, a existência de ruas, tanto se apertava o casario enraizado em poupanças de espaço dentro do muro que a moirama aproveitara do romano e do visigodo. Empenas, telhados verdeongos e vermelhos, coruchéos, torrelas, desmoronavam-se pelas vertentes do sul para a oura.

De Nascente a Poente, porta a porta, ambas torrejadas, atravessava a massa urbana a grande artéria da Lixbuna moirisca, correndo a meia encosta, via cidadã que ainda hoje divide o amontoado dos bairros primitivos, do Largo da Catedral às Portas do Sol. O resto era o embrechado branco dos becos e travessas que rodeavam a muralha e davam o escoamento do gentio para os postigos. Ao alto o Castelo, a coroar o outeiro, acrescentado no século XIV com um segundo recinto de defesa, servia de amparo à Alcáçova, a pousada real que em breve seria abandonada aos Alcaldes. D. João I, como fizera aos Paços de Sintra e de Santos, acrescentara-a, alindara-a de torres acoruchadas, labores de pedraria nos vãos do paramento, varandas e colunatas ornamentais, mas a tentação do rio e o sonho da marinharia estava lá em baixo, na Ribeira, a florir no novo palácio que cumpria ao Senhor da Conquista e da Navegação do Oriente. Sobressaindo ao casario miúdo avistava-se a romântica Sé, de escura pedraria, com a sua alta torre de cruzeiro, rota de ventanas, os paços de a par São Martinho, a máquina arquitectural de São Vicente, tão diferente da de agora, e a nota devota dos campanários dos templos de São Martinho, Santo André, Santa Marinha e outros, rompendo acima das coberturas dos mais variados tipos, desde os «ares» (que eram os terraços moiriscos), até às cúpulas e telhados de escama.

Rodeando o monte do Castelo, entre hortejos, olivedos e figueirais, uma estrada (a costa), contornava pelo Poente a falda, representando a primitiva barbachã da cidade moirisca, já ultrapassada pelo casario quando o nosso Afonso Henriques a conquistou. A torre de São Lourenço, que lá está ainda, ligada ao castelejo, por uma quadrela, fazia sentinela de saudade ao velho recinto medievo, apegada ao aglomerado de Vila quente.

Mas os olhos não conseguem, porém, abstrair-se das catadupas de casario que alastram pelo território envolvente. Lisboa crescera desmedidamente, escorrendo pelas vertentes, alagando os vales, e marinhando até pelos outeiros vizinhos. Já nos seus primeiros anos de cidade cristã, por fora da porta de Alfama acogulava-se um bairro marinheiro, além da do Ferro (largo da Sé) e da Alfafa (Milagre de Santo António) sobre o montículo do Caldas e da Madalena, outro bairro alastrava, procurando o córrego do vale e namorando já a encosta abrupta da Pedreira, semeada ao alto de bastos olivais, e descaindo, no extremo Sul, violentamente, para a margem, tal qual as colinas da outra banda.

Ao começar o quinhentismo, a invasão, para Poente e Nascente, era avassaladora. A cidade refolegava de gente, e os olivais e hortejos e ferrugiões que ainda no século anterior verdejavam no seu âmbito, reduziam-se ano a ano. Minguavam as cercas conventais assaltadas pela invasão urbana, e contra os muros de cerc da defesa antiga, adossavam-se casas, alpendrados e boticas de venda defrontando a Ribeira. O Tejo deixava-se vencer da terra. A obra do Paço Real fora como um ensinamento. Ao sopé das escarpas da Pedreira, dos outeiros de Santa Catarina, do Belver, do Mocambo e da Pampulha para além do Paço de Santos, até à moirisca Alcântara, as conquistas sucediam-se, criando-se as praias da Boavista.

Para o Nascente o mesmo se dera. A Ribeira, a que hoje chamamos velha, alastrava também sobre a oura do rio, e construía-se afanosamente de encontro ao Muro até às portas da Cruz.

Pelo lado de terra o extravasamento tivera impetuosidades fulminantes. D. Manuel, logo no final de 1500 mandara cortar os olivais adentro da cidade. O denso olivedo que cobria o Monte de Santana entre os dois vales profundos pelos córregos de Andaluz e de Arroios, sacrificara-se à fúria urbana que subia de São Domingos para o Campo do Curral, pelas ribanceiras que descaíam para a Corredoura e para as hortas de S. Vicente. O agregado populacional da Moiraria, formado nos primeiros anos da

cidade cristã, na vertente Norte do Castelejo contra a porta do Moniz, ia a caminho de se pegar ao povoado de intramuros. Os olivais dos Trinos que verdejavam na Pedreira do Carmo, entre a clausura do Condestável e os altos de Santa Catarina, desapareceram também, para dar lugar à criação da Vila Nova do Olival (o bairro do Carmo de agora), como os hortejos e ferragiais de São Francisco tinham desaparecido, em tempos de D. João I e D. Duarte, para que se formasse a Vila Nova da Pedreira. Os mosteiros e Confrarias, contaminadas pela febre cidadã de crescer, sentindo a vantagem para os seus réditos dos aforamentos sobre os cultivos, tinham sido ajuda apreciável para este povoamento.

Pelo Norte e pelo Nascente o mesmo fenómeno se repetia amiúde. Fora das Portas da Cruz e dos postigos da Graça e de S. Vicente o casario transbordava. A Vila Nova que se chamaria de Santa Clara encastelava-se sobre as avançadas ribeirinhas da velha Alfama, a caminho de S. Bento dos Loios, de Xabregas e da Madre de Deus. Pela linha de cumeeada de Almofala e do Monte de São Gens, iam-se formando núcleos urbanos na vizinhança dos cenóbios dos Gracianos, que já tocavam as olarias e os fornos do arrabalde moirisco. Pelo Poente a ânsia do desenvolvimento cidadão não era menor. As herdades da Boavista e de Santa Catarina que ladeavam a estrada de Santos (antigo caminho da Horta Navia) estavam destinadas a desaparecer. A da Boavista já os mareantes a tinham escolhido para Vila Nova, bem sua, que viria a chamar-se Vila Nova de Andrade, e já se começara a povoar e a escortanhar em arruamentos, e à de Santa Catarina em breve sucederia o mesmo para ser o nosso Bairro Alto de hoje. O pico de Belver não tardaria muito a acogular-se de casas, longe ainda da subversão que o partiria em dois altos (Chagas e Santa Catarina), e a estrada que rompia das Portas de Santa Catarina (alto do Chiado) a caminho do paço Real de Santos, entre quintas solarengas, herdades e quintalões do Cabido e da herança dos Atouguias e dos Andrades, provinda das doações régias dos primeiros tempos da cidade, e da fazenda basta do astrólogo de D. Duarte, dir-se-ia já uma correnteza de artéria arrabaldina próxima a ingressar na urbe.

As velhas vias de comunicação com o subúrbio envolvente, ainda agora bem marcadas na topografia de Lisboa, e mantendo as suas funções primaciais de escoamento populacional, eram as de Santa Catarina para Santos, prolongada ao sopé da Pampulha para Alcântara; a de Campolide que se

atingia da margem por Cataquefarás até Santa Catarina e de aí seguia pela linha de cumeeada de Monte Olivete, marginando o muro até à Torre de Álvaro Pais e fugindo dele para Cotovia e Pé de Mu; a de Benfica, ligada à de Campolide por um caminho empinado que atravessava as hortas de Valverde e que passava pela Anunciada, por Andaluz e pela Picoa, divergindo depois para Alvalade e para o Lumiar, que fazia de limiar à cidade; era a de Arroios que principiava nas Portas de S. Vicente da Moiraria, como aquela começava nas de Santo Antão, roçando pelo arrabalde dos moiros e, prolongando-se pela Fonte de Arroios até aos mosteiros de Chelas e de Sacavém; o caminho que saía do postigo da Graça que ia entestar com este; o de São Vicente que espriaiava no Campo a Santa Clara; e o que rompia das Portas da Cruz em direcção a Xabregas. Neste aro mais próximo do Termo de Lisboa demarcado pelo Mestre de Avis, como prémio à cidade, e que chegava a Torres Vedras e Alenquer, quintas e hortas, bosquedos e matos (restos de um antigo Couto) esmaltavam de verduras o terreno farto que mandava à cidade versas e frutos, legumes e até o pescado da baixa de Frielas ainda não alagada pelo rio de Sacavém que ultrapassava os morraçais do Tojal. Os mosteiros de Odivelas, de Sacavém, de Camarate, de S. Domingos de Benfica, de S. Bento dos Loios, de Chelas, os Paços Afonsinos do Lumiar e os dionisianos de Frielas, os campanários dos templos da Ameixoeira, de Benfica, do Espírito Santo de Bucelas, dos Santos Reis de Alvalade, da Senhora da Luz, de S. João da Talha, de Loures, do Lumiar, de Unhos, de Vialonga, de Sacavém, rodeados de casarios atraídos pelo prestígio religioso, marcavam já os hilos embrionários das aldeias e vilas do arrabalde alfacinha.

Damião de Góis, na sua descrição de Lisboa, toma o Paço real de Santos como ponto de partida da sua ciceronagem quinhentista. Contorna-a pelo Norte e vai até aos Paços de Xabregas que no período manuelino ainda não existiam. Nós faremos em vez de uma viagem, como o célebre humanista, muitas mais. Sobre o panorama geral que apenas pode dar uma impressão de conjunto, vamos empreender uma série de visitas penetrando no seio urbano da cidade do Tejo, mirando os seus monumentos, as suas curiosidades e particularismos, os seus arruamentos, auscultando a sua vibração interior e besbelhotando amorosamente de todas as suas feições.

M. S.

VELHA ARTÉRIA DA CIDADE

HISTÓRIA DE UMA RUA SEM CASAS

A VILA QUENTE

por FERREIRA DE ANDRADE

NEM uma só casa, o traçado de uma rua, uma ruína sequer, nos recordam hoje a existência, em séculos que já decorreram, do núcleo populacional que se erguia à espalda das muralhas da Alcáçova e se denominava *Vila Quente*.

Pequeno conjunto aglutinado de modestos edifícios, alpendurado, como ninho suspenso num beiral, na crista altaneira do Castelo, *Vila Quente* constituía, na Lisboa de quatrocentos, uma janela aberta sobre os arredores da urbe, a guarda-avançada de uma cidade que, para além da sua cinta de muralhas, começava a expandir-se, a ganhar horizontes novos, perspectivas mais largas.

Voltado ao Norte, batido pelo sol desta cidade de tonalidades diversas, singulares, quase irreais, esse pequeno bairro da Lisboa medieval talvez recebesse a razão do seu topónimo da própria situação maravilhosa em que se encontrava.

Tendo como fundo a velha muralha castrense, onde, como hoje, se rasgava o postigo do Moniz ⁽¹⁾, *Vila Quente* estendia-se desde o Arco de Santo André, ou melhor, na sinonímia de então, desde a porta de Santo André até quase à outra porta da cidade — o postigo de São Lourenço.

(1) Ler o nosso trabalho *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova*.

O terremoto de 1512 combalira fortemente aquele pequeno agrupamento de edificações, modestas e assentes em terreno escorregadio e abrupto. Garcia de Resende descreve-nos, numa das estâncias da sua *Miscelânea*, o desabamento:

*Vij que em Lixboa cahio
da costa gram cantidade
suas ruas destruhio
duzentas casas fumio
foy gram temor na cijdade.*

Não é difícil, pois, calcular o movimento de terras que em todo o local então se verificou.

Dezanove anos volvidos, novo sismo, mais violento ainda, lança, uma vez mais, o pânico na cidade, então em pleno renascimento, na idade magnífica do seu esplendor e do seu progresso. Lisboa, cidade mártir dos sismos, de novo se subverte. «Caíram por terra mil e quinhentos belos e espaçosos edificios, tendo igual sorte quase todos os templos». Durou, segundo o historiador Simão Goulard, «oito dias, havendo, com intervalos, seis a sete abalos por dia. Abriu também fendas na terra, das quais saiu um ar contagioso, que matou grande número de pessoas».

Vila Quente, como alguns anos mais tarde, Santa Catarina e Chagas, foi, pouco a pouco, totalmente soterrada. Um desagregamento monstruoso do solo fez ruir quase todas as casas.

A vila, no seu aspecto de aglomerado urbano, delineado, muito embora, ao sabor fácil da vontade particular, desaparecera. Aqui e além, o traçado de uma rua, um que outro prédio resistiram durante longos anos. Depois, todas estas recordações vivas do quatrocentista burgo de Lisboa se foram esfumando com o rodar do tempo.

Já não existia a vila e, contudo, as poucas casas subsistentes continuavam a dar a mesma designação ao local; Vila Quente persistia na toponímia lisboeta.

Moreira de Mendonça, na sua *História dos Terremotos*, escreve: «Varias moradas de casas fora das portas de Santo Andre por baixo do castelo, naquela parte em que subia hum caminho para a Porta do Moniz, assim chamada daquelle Heroe que sacrificou a vida para com seu corpo facilitar a entrada dos seus companheiros para se ganhar aos mouros o mesmo Castello. A este citio chamavão villa-quente, e há tradição, que com hum terremoto desabou alguma eminencia de terrâ mais vizinha á muralha que destruiu aquella mesma povoação. Deste, e semelhantes sucessos, que poderão acontecer em outros citios se fabricaria a noticia daquellas subvenções que tenho por incerta».

O Tombo de 1573 ⁽²⁾ cita-nos ainda a Vila Quente, mas atribui o topónimo à própria artéria: «Casas na rua ã vai da porta de Santo André para o postigo de Sam Lourenço que por outro nome se chama villa quente».

E depois cita-nos as casas ali existentes:

«Têm a cidade huãs casas junto da porta de St^o andre da banda de fora pegadas com o muro, no principio da rua que vai da dita porta para o postigo de Sam Lourenço e juntamente com as casas tem hũ pedaço de chão ã entra no aforamento dellas as quais casas foram encabeçadas pela cidade em o Doutor Afonso fig^{ra} desembargador da casa do civil e ouvidor do crime,» etc.

O Tombo da cidade dá-nos igualmente conhecimento de que este Doutor Figueira possuía também «hũ chão feito em quintal ao longo do muro que vai da porta de Santo Andre pera o postigo do moniz defronte da cruz de pao que esta na calcada que vai pera o postigo sobre dito» — chão este que confrontava pelo Norte com «rua que vem do postigo do moniz para a Cruz de Pao e casinhas de Andre Antunes solicitador.»

Mas muitas outras casas foreiras à Câmara ainda existiam no local por volta de 1542 a 1563. A elas se refere o Tombo da cidade:

- 1) «Na Rua que vai da porta de Santo André pera o postigo de Sam Lourenço» — casas de Isabel da Cunha e que confrontavam da parte do Levante com «serventia que vai pera a cruz que esta no caminho que vai pera porta do Moniz»; ⁽³⁾
- 2) Na «rua que vai da porta de Santo Andre pera o postigo de Sam Lourenço onde se chama Villa quente» — casas de Branca de Almeida;
- 3) Na «rua que vai da porta de Santo Andre pera o postigo de Sam Lourenço» — casas de Estevão Afonso;
- 4) na «Rua que vai da porta de Santo Andre» — casas de Branca de Almeida e que confrontavam pelo sul com «terra firme e caminho que vai da rua direita pera o postigo do Moniz»;
- 5) na «Rua ã vai da porta de Santo Andre pera o postigo de Sam L.^o onde se chama a Vila Quente» — casas («casinhas») de Antonio Fernandes e Barbora Gonçalves, «hua mulher parda»;

⁽²⁾ Vol. II, pág. 249.

⁽³⁾ Livros 2 e 3.

- 6) No «caminho que vai da porta de Santo Andre pera a porta do Moniz defronte de hua cruz que esta no dito caminho» — casas de Lopo Peres «tratante de pescado»;
- 7) Na «rua que vai da dita porta (de Santo André) para o postigo de Sam Lourenço onde se chama Villa quente» — chão encabeçado a Guiomar Dias.

Todos estes aforamentos nos elucidam que na segunda metade do século XVI a Vila Quente não era mais do que um pequeno aglomerado de modestíssimas barracas habitadas por gente pobre e erguidas em caminhos abertos por entre veredas e hortejos.

Mas o topónimo resistiu ainda durante alguns anos. Já corria o primeiro decénio do século XVII e ainda o troço da encosta do Castelo anexo à porta do Martim Moniz era conhecido por Vila Quente.

Como já referimos, o perigo de desmoronamento era permanente. A Câmara, proprietária de toda a encosta, tomava, de quando em quando, as suas providências para que tal perigo fosse atenuado.

Nesse mesmo começo do século XVII o Senado resolve iniciar os trabalhos de consolidação das terras: (4)

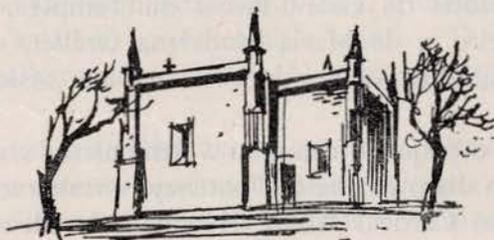
«Oje 6 de S^{bro} de 605 se asentou em mesa ã se fizesse hũ muro ã comese da villa quente até o postigo de São Lourenço e virado da outra banda da Costa até a porta dalfofa e fazer-se ao longo delle hũ caminho porq^{to} o não ha agora sendo como he cousa tão necessaria ao bem comum desta cidade e bom serviço della».

Castilho (5) refere, sem contudo o mencionar, que num documento dos princípios do século XVIII ainda vem mencionada a Vila Quente.

(Continua)

(4) Livro I de Assentos, fl. 150, v.

(5) Bairro Alto, vol I, pág. 66.



Quillard em Lisboa

por LUÍS BONIFÁCIO

NESTE pequeno colóquio, não vou, de forma alguma, focar a obra integral, realizada no nosso País e em França, de Pierre Antoine Quillard, gravador e pintor notável, que faleceu em Lisboa, apenas com 33 anos, «vítima de uma cólica». O aspecto principal que nos interessa é a sua passagem por Lisboa e o local onde se diz ter vivido. Do seu imenso trabalho já se ocupou o sr. prof. Ernesto Soares, na sua honestíssima obra «História da Gravura Artística, em Portugal»; o prof. Reinaldo dos Santos e o actual conservador do Convento de Mafra, além de outras autoridades, no assunto.

Antes de me referir à sua estada em Lisboa parece-me interessante dar alguns dados biográficos do tão notável pintor.

Nasceu em Paris, na primavera de 1701, na velha «rue du Temple», em frente do «Hôtel du Grand-Prieur du Temple». Filho de Estêvão Quillard, marceneiro, e de Maria Madalena Gréllet, sendo seu bisavô o escritor Pierre Quillard, que foi durante anos um assíduo colaborador de «L'Illustration».

Aos 11 anos o pequeno começou a demonstrar vivamente o interesse pelo desenho e um dia o Abade de Fontenay, surratemente, levou alguns desses desenhos ao Cardeal André Hercules, de Fleury, estadista. Este, por sua vez, teve a veleidade, chamemos-lhe assim, de mostrar esses trabalhos ao Rei Luís XV que muito admirou o talento da criança. Para seu estímulo, o Monarca recompensou-o com a pensão de 200 libras. Com este

dinheiro os pais de Quillard deram-lhe uma educação diferente, isto sempre sob o olhar vigilante do bom Abade de Fontenay. E assim os seus estudos prosseguiram com muito êxito, tendo concorrido — apenas com 22 anos — a uma exposição na qual obteve uma medalha de prata na distribuição dos prémios de bairros e ainda, no mesmo ano — Abril de 1723 — obteve o 2.º prémio, noutro trabalho apresentado na Academia. No ano seguinte conquistou o mesmo prémio em pintura.

Mas... há sempre um *mas* na vida de toda a gente. Quillard não foi bem compreendido pelos críticos da época e até alguns diziam que ele copiava Watteaux!

Por outro lado o escritor francês Luís Reau, contemporâneo do jovem, doutorado em Letras, mestre de conferências da Universidade de Nancy e director do Instituto Francês de S. Pitesburg, escreveu então: «Quillard foi um falhado, um fruto seco dos concursos da Academia».

Como tudo sai errado neste mundo!

Mas Quillard, jovem, cheio de vontade de trabalhar, com o sangue na guelra, continuou a pintar, a especializar-se, a procurar melhorar o ambiente campestre e as figuras e os trajos nas alamedas e subúrbios de Paris. Mas Paris não o reconhecia e os mexericos chegaram à Corte e uma ordem veio escurecer o ideal de Quillard. Sua Majestade reduziu-lhe a pensão de 200 para 100 libras!

Seus pais animavam-no, mas ele que era um artista e antevia um futuro ridente à sua frente, viu-se desolado. Passou a pintar tabuletas para estabelecimentos e sempre que podia desenhava pormenores da vida parisiense.

Entretanto, pensou retirar-se para Itália, mas os recursos não eram excessivos, e das suas economias pouco restava.

Um dia, pensou vir para Portugal. Talvez aqui conseguisse vencer. E, assim, embarcou em 1726, com 25 anos, para Lisboa.

A bordo, travou conhecimento com o sábio naturalista Merveilleux que lhe prometeu a sua amizade e apresentação junto de D. João V, pois que, para ele vinha trabalhar numa História Natural que até então estava em projecto.

Recorde-se que, em 8 de Dezembro de 1720 — portanto 6 anos antes — D. João V fundava a notável Academia Real de História e passados tempos alimentou o projecto de uma completa reforma do ensino médico-cirúrgico e muito se interessou também pelos estudos naturalistas.

Já na velha Lisboa, cada um se acomodou a seu modo. Merveilleux aproximou-se da Corte e falou a D. João V da arte de Quillard.

Os dias passaram...

Entretanto o pintor francês conseguiu obter aposentos — talvez um «atelier» — fora de portas, para as bandas de Belém. Merveilleux, seu amigo procurou-o em certa ocasião para trocar com ele umas impressões e talvez uma colaboração vantajosa na ilustração da tal História Natural. A ideia — que seria de facto admirável e de grande interesse literário — ficou sem efeito. A razão desconhece-se.

Em Setembro de 1727 compôs um trabalho inspirado no lançamento às águas do Tejo da nau «Lampadosa» que mandou oferecer a D. João V.

O sr. Ernesto Soares assim descreve esse trabalho:

«Ao centro, um galeão descendo pelas carreiras inclinadas para entrarem na água, embandeirado e cheio de gente. Do lado esquerdo, sob um dossel com panejamentos, estão o Rei, a Rainha, o Filho, uma Filha (?) e várias pessoas da Corte. Do lado direito abrem-se as janelas de um edifício, que deve ser o Palácio Real da Ribeira e muito povo. No Tejo, numerosos barcos cheios de gente em atitude de ovacionar o acontecimento.»

Esta obra valeu-lhe a nomeação de pintor régio, com a pensão de 80 piastras por mês e o cargo de desenhador da Academia — lugar honroso e muito cobiçado. A partir daí, Quillard passou a merecer a consideração da Corte e a visitar, assiduamente, o Monarca, que por ele tinha grande estima.

A sua actividade baseava-se, sobretudo, em «pintura religiosa, decorativa», tendo executado numerosos desenhos e gravuras — trabalhos que ficaram espalhados pelos nossos museus e colecções particulares. Ilustrou a poesia breve dedicada a D. João V, pintou o célebre retrato do 1.º Duque de Cadaval; um S. Lucas, os painéis dos alçados do coche de D. João V, etc.

Na Capela do Palácio da Quinta das Águias, à Junqueira, deixou três quadros e um retábulo «Anunciação»; no Convento de S. Pedro de Alcântara, um tecto da igreja com a pintura «Glória da Virgem»; ilustrações na obra do P.º António dos Reis Lusitano; um retrato de D. Luís da Cunha — que em 1940 foi oferecido ao Brasil; várias «festas galantes» em que se especializou e as quais eram chamadas, na época, «cenas de Watteau» por serem inspiradas na técnica dos quadros deste pintor e que normalmente reproduziam cenas da vida cortesã e do trato em sociedade. As «festas galantes» representavam-se, em geral, ao ar livre e muito raramente em interiores.

Por exemplo o quadro: «Festa num Parque ou Merenda» em Queluz; a «Festa Galante» pertencente à Casa de Cadaval; um desenho a carvão, assinado, cuja reprodução fotográfica se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga, e cujo original foi adquirido pelo dr. José de Figueiredo, em 1921, no Leilão Ameal, em Coimbra. O retrato de D. João V, que se encontra no Museu Ricardo Espírito Santo.

Fora de Lisboa, esteve em Muge em 1730 — tendo ali trabalhado para o Duque de Cadaval e onde se encontra o retrato do engenheiro-mor do reino Manuel de Azevedo Fortes, e mais quatro telas constituindo dois «pendants» de proporções diferentes no género.

Deixou obra notável no Convento de Mafra e ainda no Paço Ducal de Vila Viçosa. Parece ser verdade — e sobre este assunto diversas vezes troquei impressões com o sr. dr. João de Figueiredo, conservador do Museu Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa — que o bisavô de Pousão — António Joaquim Pousão — foi ajudante do mestre Quillard e que mais tarde começou a ter fama, em Vila Viçosa, como pintor. Diz-nos o falecido dr. Celestino David, no seu livro «Henrique Pousão» que ainda existe com a paleta a servir-lhe de brasão, a Casa da Praça, onde ele morou, como o descobriu o dr. João Jardim.

★

Voltemos a Lisboa onde Quillard progrediu e onde conseguiu mostrar verdadeiramente, a sua arte, como pintor e gravador e até, caso curioso, constou que ele tinha sido discípulo do grande Watteau. A propósito uma passagem curiosa que nos narra Armando Vieira Santos:

«Por altura de 1927, o Estado francês comprou para o Museu do Louvre por um milhão e meio de francos, duas telas consideradas de Watteau. Porém, passado tempo, descobre-se a verdadeira identidade do autor: Quillard! O escândalo foi grande e originou acerba polémica entre os críticos. O nome do artista até aí quase ignorado, adquiriu, de súbito, uma auréola de celebridade e com ela aumentou o valor, da sua obra, susceptível de se confundir com a de Watteau.»

Vamos tentar agora localizar melhor o sítio onde Quillard teria vivido e trabalhado — evidentemente — em Lisboa.

Em Março de 1947 conheci em Zurich o artista Jean Doriot com quem visitei vários museus. Já nessa altura eu preparava uma série de artigos que foram meses depois publicados no jornal «Ecos de Belém», de onde se fez uma separata intitulada «Quillard pintou Alcobaça há mais de 200 anos».

Esse meu amigo suíço disse-me que já tinha lido qualquer coisa acerca de Quillard. Logo que fosse a Berne procuraria esses elementos que muito me deviam interessar. E assim foi! Três anos depois recebi uma carta de Jean Doriot, na qual me dizia que Quillard tinha morado em Lisboa na Travessa dos Algarves... «près du quartier de Belém, dans la ruelle des Algarves».

A referida travessa encontra-se na freguesia de Belém e principia ao lado do n.º 243 da Rua da Junqueira (debaixo de um arco), e finda junto ao n.º 7 da Rua da Praia da Junqueira.

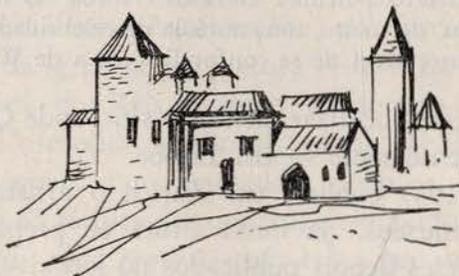
O sr. Mário de Sampaio Ribeiro, quando em 1939 fez uma conferência subordinada ao título «Do Sítio da Junqueira» referiu-se da seguinte forma à Travessa dos Algarves:

«... cuja embocadura parece a entrada de pátio de Casa de Lavoura. É estreita vereda que hoje se perde no areal, mas que outrora conduzia aos telheiros — espécie de casas de malta — onde viviam os algarvios tripulantes das galeotas e escaleres de El-Rei, que estavam arrecadados na praia, em barracões ainda existentes do lado da Avenida da Índia.»

Sobre o arco existe uma janela onde se diz ter vivido Quillard e onde este possuía — «embora modesto» um «atelier» que «*dava para as bandas do mar*».

Assim termino, meus senhores, este colóquio neste ninho dos «Amigos de Lisboa».

(Palestra proferida na sede em 18 de Junho de 1959).



O PALÁCIO BARCELINHOS E O SEU ANTECESSOR, O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA

por MÁRIO COSTA

Conferência proferida no Grupo «Amigos de Lisboa», em 26 de Fevereiro de 1959. Esteve patente uma pequena Exposição Documental, desde a época do Convento até à actualidade.

(Continuação)

A ânsia e necessidade de aproveitamento dos antigos conventos, levou grande número deles a um destino bem diverso, como sede de regimentos militares, ao tempo instalados em condições precárias e mal acomodados. Dentro desse princípio, uma parte da Casa dos Oratorianos foi destinada a quartel da 1.^a Companhia da Guarda Municipal, então recentemente criada ⁽³¹⁾, até que, em 1836, se transferiu para o mal recomposto Convento de Santa Maria do Carmo, e as restantes dependências foram aproveitadas pela Repartição de Saúde Pública ⁽³²⁾.

Tudo isto, porém, foi bastante efémero porque, posto em praça e «vendido ao desbarato» — como escreveu Manuel Pinheiro Chagas ⁽³³⁾ —, o edifício do extinto convento tornou-se propriedade dum particular. Dessa personalidade falaremos mais adiante, coligindo desde já os elementos que pudemos obter quanto à última fase da casa onde os doutrinadores da Escola S. Filipe Nery granjearam merecida fama.

⁽³¹⁾ Decreto de 3 de Julho de 1834.

⁽³²⁾ *O Carmo e a Trindade*, de Matos Sequeira, vol. 3.º, pág. 103; *Dois palavras ou alguns elementos para a História das Guardas Municipais*, por Francisco Cardoso de Azevedo, pág. 25.

⁽³³⁾ *História de Portugal*, vol. 7.º, pág. 624

Continua Gonzaga Pereira:

«No ano de 1835 foi vendida ao negociante Manuel dos Contos; este mandou destruir o prospecto, para o fazer da forma que hoje se vê; as collunas estão na Ribeira das Naus; a rica baranda foi derrubada; finalmente, metia horror quando se apeou. O convento, tomou forma apallaçada, e desta forma acabou Igreja, Convento e Ordem do Espírito Santo, que á tantos anos acompanhava nossos avós.»⁽³⁴⁾

Essas colunas, magníficas e belas, destinavam-se a ornamentar a fachada principal do Teatro Nacional de D. Maria II, como se prova por este documento, divulgado por Alberto Pimentel, e que transcrevemos:

«Ministério do Reino — 3.^a Repartição — Havendo Manuel José d'Oliveira, actual proprietario do edificio da supprimida Casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio, cedido as grandes columnas de cantaria e seus capiteis, que ornão o frontispicio d'aquella Igreja, para serem empregadas na fachada do novo theatro nacional, que se projecta fazer; com a condição de que não seja feito à sua custa o descimento e conducção das mesmas columnas: Manda Sua Magestade a Rainha, que o Conselheiro Fiscal das Obras Publicas faça preparar todo o aparelho necessario para aquelle descimento, combinando com o mencionado Manuel José d'Oliveira a occasião e dia em que elle deve ter logar; fazendo depois conduzir as ditas columnas e capiteis para o Arsenal da Marinha, onde achará as ordens necessarias para serem recolhidas e depositadas até que se lhes dê o indicado destino: devendo outrosim o mesmo Conselheiro Fiscal dar todas as providencias para que, tanto no acto do descimento, como no da conducção, não soffram o menor damno as columnas e particularmente os lavrados de seus capiteis. Palacio das Necessidades em 9 de janeiro de 1836. (assignado) L. M. S. de Albuquerque.»⁽³⁵⁾

O senhor Matos Sequeira, que chegou a confirmar que fora esse o destino dado às colunas monolíticas do Convento do Espírito Santo (*Depois do terramoto*, vol. I, pág. 366), ao fazer o seu valioso estudo sobre o Teatro Nacional D. Maria II, teve ocasião de verificar que não se applicaram aí essas peças architectónicas (nem sequer, em 1836, se sabia onde o teatro seria edificado), e, com a sua costumada amabilidade, o ilustre olisipógrafo esclareceu-nos que as magníficas colunas foram, sim, applicadas no peristilo da antiga Escola Politécnica, quando da sua reconstrução, após o incêndio de 1843.

O antigo imóvel do Chiado, mandado reconstruir pelo seu proprietário, tomou o aspecto de casa senhorial, que ainda hoje mantém, tendo sido talhada a entrada principal no lugar do antigo portal da igreja.

⁽³⁴⁾ *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, pág. 124.

⁽³⁵⁾ *O Poeta Chiado*, de Alberto Pimentel, pág. 21.

O citado Manuel *dos Contos*, nome que corresponde ao epíteto atribuído ao capitalista Manuel José de Oliveira (1774-1847), foi negociante em Lisboa e proprietário na Madeira, dispondo de enormíssima fortuna. Reservou para sua habitação, a parte nobre do palácio, que ainda hoje conserva, na parte superior da janela central do 1.º andar, o brasão dos Barcelinhos, com a coroa de barão, título concedido ao afortunado senhor⁽³⁶⁾, por mercê da rainha senhora Dona Maria II (decreto de 3 de Junho de 1841).

Um dos actos mais salientes da vida do barão de Barcelinhos, foi a valiosa entrega de cinco contos de réis para a ajuda da construção do Jardim da Estrela, seguindo-lhe na esteira, com a entrega de um donativo de quatro contos de réis, um outro argentário, o português do Brasil, Joaquim Manuel Monteiro, a quem a mesma soberana elevou a barão da Estrela (decreto de 12 de Setembro de 1851). Este benemérito foi guarda-roupa honorário dos reis D. Pedro V e D. Luís I, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, comendador das ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e possuidor da Torre e Espada.

O belo Passeio da Estrela, que fez as delícias do lisboeta do século passado, foi inaugurado em Abril de 1852 e deve-se à iniciativa do conde de Tomar. Custou mais de oitenta contos de réis (pelo terreno deu a Câmara de Lisboa quatro contos de réis, em 18 de Junho de 1842), tendo sido quase todo o dinheiro entregue pelo Ministério do Reino, provindo de subscrição entre os residentes no Brasil e de outros beneméritos do país⁽³⁷⁾.

O barão de Barcelinhos, já septuagenário, casou no ano de 1844 com sua sobrinha D. Rita Soares de Oliveira, na idade de 19 anos⁽³⁸⁾, que enviuvou três anos após o matrimónio, passando a 2.ªs núpcias, em 1847, com o Dr. Manuel Correia da Silva Araújo, bacharel formado em Matemática e major de infantaria, 2.º barão de Barcelinhos por decreto de 27

⁽³⁶⁾ Em *Pedras de Armas*, de José de Melo, vem reproduzido o brasão de armas, mas a pequena história que o acompanha não está inteiramente certa.

⁽³⁷⁾ As quantias subscritas estavam depositadas no Banco de Portugal, à ordem da Câmara Municipal.

⁽³⁸⁾ Dos 1.ºs barões de Barcelinhos ficaram dois belos retratos pintados pelo grande artista suíço Augusto Roquemont (1804-1852), que viveu alguns anos em Portugal, tendo falecido na cidade do Porto. Os originais (1,98 × 1,53 m), fazem parte da colecção de arte dos Ex.ªs viscondes de Sacavém e não estão anotados por Júlio Brandão e Pedro Vitorino, nos seus trabalhos *O Pintor Roquemont* e *O Pintor Augusto Roquemont*.

de Novembro de 1851. Por morte deste, a viúva contraía novo consórcio em 1860, com o Dr. Carlos Ramiro Coutinho, 3.º barão de Barcelinhos por concessão de D. Luís I (decreto de 8 de Fevereiro de 1864) e visconde de Ouguela (carta régia de 3 de Maio de 1868), título que, nos meios políticos e de sociedade se adulterou para visconde de *Aguarela*.

Do 1.º matrimónio nasceram D. Miquelina Francisca (1845-1866), que casou com o 1.º visconde de Sacavém (José Joaquim Pinto da Silva 1835-1921); e um filho varão (1846-1870), de nome igual ao de seu pai, bacharel formado em Direito e fidalgo da Casa Real, elevado a 1.º visconde de Barcelinhos (decreto de 13 e carta régia de 21 de Agosto de 1868), tendo-se consorciado com D. Teresa Henriques de Faria Pereira Saldanha Vasconcelos de Lencastre, filha dos 2.ºs condes das Alcáçovas. Como o progenitor, tornou-se grande accionista do Banco de Portugal.

O 2.º casamento também deu geração. O primogénito, Dr. Álvaro Correia da Silva Araújo (1851-1892), igualmente bacharel em Matemática e oficial de artilharia, foi 2.º visconde de Barcelinhos, tendo-se unido pelo casamento a sua cunhada, D. Teresa Henriques, viúva do citado 1.º visconde. O filho mais novo, Eduardo Alberto Pimentel Maldonado Correia da Silva Araújo (1852-1906), dedicou-se ao comércio, sendo grande negociante e proprietário. Casou em 1874 com D. Palmira Pimentel Maldonado e recebeu o título de visconde de Odivelas, concedido por el-rei D. Carlos (decreto de 31 de Maio de 1897).

Da ligação matrimonial com o visconde de Ouguela, nasceu Ramiro Soares de Oliveira da Silva Coutinho, fidalgo com exercício, tendo falecido muito novo.

Foi numerosa a geração Barcelinhos, que entroncou em algumas das principais famílias da nobreza. Já citámos as casas Sacavém e Alcáçovas e podemos acrescentar as dos viscondes da Graça e condes das Galveias, de Bobone, da Ponte, Porto Covo e das Devesas.

O visconde de Ouguela (1828-1897) foi grande proprietário, jornalista e escritor e formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerceu outras funções, como moço-fidalgo do Paço, deputado, delegado do Ministério Público, ajudante do procurador geral da Coroa e Fazenda e também foi grão-mestre da maçonaria. Ao iniciar a sua brilhante carreira de advogado, teve como mestre o insigne jurisconsulto Dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, e, como deputado, fez parte da comissão incumbida de reformar a legislação comercial. Marcou de forma preponderante na sociedade lisboeta. Era filho do ferrageiro Ricardo Sylles Coutinho, esta-

belecimento no Chiado que se tornou um dos principais centros de cavaco da Lisboa de oitocentos ⁽³⁹⁾.

Este ilustre titular mostrou sempre ideias liberais, sendo o principal fundador do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, que reuniu pela primeira vez em 1851. Camilo Castelo Branco foi seu grande amigo e condiscípulo na escola das primeiras letras, expressando a sua muita admiração pelo visconde de Ouguela, num perfil biográfico a que deu publicidade ⁽⁴⁰⁾, abrindo com a seguinte dedicatória:

«À Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Vincondessa de Ouguela. Oferece com reverente amizade e entranhada gratidão, Camilo Castelo Branco.»

A prova dessa amizade poder-se-á um dia tirar com a leitura de uma colecção de 141 cartas que o consagrado romancista dirigiu ao visconde de Ouguela e que o Senhor Professor Oliveira Salazar ofereceu à Universidade de Coimbra, para publicação ⁽⁴¹⁾. Outro tanto se depreende de uma colecção de cartas divulgadas pelo prof. Teófilo Braga, no seu estudo intitulado *Camilo Castelo Branco — Esboço biográfico*. Notando-lhe merecimento, arquivamos aqui o soneto que Camilo publicou no seu livro de versos *Nas trevas*:

«RECORDAÇÃO DOS NOVE ANOS AO VISCONDE DE OUGUELA

Nós aprendemos juntos a gramática
Do insigne e fecundíssimo Lobato
O nosso pedagogo intemerato
Nos *Calafates* fêz ressurgir Ática.

Afóra esta função assás simpática
O mestre era guerreiro; e o desbarato
Nos *Calafates* fez ressurgir Ática.
Que eu da guerra civil detesto a tática.

Devemos-lhe o segredo do *dativo*
E os misterios do oculto *adjectivo*
E os do *supino* e mais coisas supinas.

Visconde, é gratidão dizer ao mundo
Que quem nos deu o literato fundo
Foi mestre João Inácio Luiz Minhas.»

⁽³⁹⁾ *O Carmo e a Trindade*, vol. 3.º, pág. 493; *Lisboa de outros tempos*, vol. 2.º, pág. 206; *Lisboa de outrora*, vol. 1.º, pág. 224. A loja foi trespassada a outro ferrageiro, José Inácio de Novais, e hoje, com o n.º 64, está lá a casa de flores «Paris-Chiado».

⁽⁴⁰⁾ *O Visconde de Ouguela, perfil biográfico* (Porto 1873).

⁽⁴¹⁾ Dos jornais de 5 de Novembro de 1955.

O prolífero Eduardo de Noronha, que foi admirador do visconde, dedicou-lhe as seguintes notas:

«Advogado dos mais distintos, escritor de elevada concepção e que se na política não ocupou o lugar proeminente que outros de muito menos mérito tinham alcançado, era que a sua alma inteiriça, séria e leal lhe repugnava subir por degraus que nem sempre oferecem apoio sólido, próbo e nohre.» (42)

O Dr. Carlos Ramiro Coutinho era accionista do Banco de Portugal e foi vogal do seu Conselho Fiscal. Depois do grande incêndio dos Paços do Concelho, na noite de 19 de Novembro de 1863, que atingiu a primitiva sede daquele banco, e quando foi preciso reunir a sua assembleia geral, o visconde de Ouguela, por várias vezes, pôs o palácio Barcelinhos, à disposição do nosso estabelecimento emissor. Este facto foi devidamente realçado, e, dos votos de agradecimento dos senhores accionistas, se tornou intérprete o presidente da Mesa, que foi até à residência do obsequiador, que recebeu o ilustre delegado na presença de sua esposa.

No decorrer do primeiro semestre de 1872, o visconde de Ouguela, de parçaria com outros capitalistas nacionais e estrangeiros, como o barão de Lagos, José Eduardo de Magalhães Coutinho (que era secretário particular de el-rei D. Luís I); o marquês de Angeja (D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa), que foi presidente do Real Erário; Manuel José Machado, João José Machado, Carlos Krus, príncipe Adam Wismecoski, Septimus Francis Porter, Henry de Lacy Obrien, conde Alfred de la Guéronniere e Sebastião Carlos Navarro de Andrade, lançou as bases de um novo estabelecimento bancário, a que seria dado o nome de *Banco Real e Nacional* (43).

Por esse tempo, em que tinham surgido as primeiras greves em Portugal, lavrava no país uma grande agitação política, acentuadamente anticlerical. Presidia ao governo o conselheiro Fontes Pereira de Melo (o célebre governo dos seis anos), e, vencido o movimento, conhecido pela «pavorosa», em que o marquês de Angeja era apontado como principal elemento, o visconde de Ouguela, com outros elementos, foi preso, em 29 de Agosto, e encarcerado na Cadeia do Limoeiro, donde saiu no ano seguinte, absolvido pelo tribunal, que deu o crime como não provado (44).

(42) *Vinte e cinco anos nos bastidores da política*, pág. 317.

(43) *O Visconde de Ouguela, perfil biográfico*.

(44) Rocha Martins referiu-se à intentona e às pessoas acusadas de nela estarem envolvidas (*D. Carlos I*, pág. 53 e 56/7).

Na data de 20 de Maio de 1873, quando começou o julgamento, o jornalista e distinto oficial do exército, Cristóvão Aires, publicou em *Folhetim* um artigo encomiástico com o retrato do incriminado ⁽⁴⁵⁾, a quem o Ministério Público acusava de que «premeditara aluir o trono, dar Portugal a Castela, e incendiar Lisboa».

Este acontecimento político e ainda o falecimento duma filhinha da baronesa de Barcelinhos, enteada muito querida do visconde, impediram a formação do projectado Banco, «donde havia de advir à casa real o benefício da desoneração de dívidas...» ⁽⁴⁶⁾.

O visconde de Ouguela faleceu em 1897, deixando mais uma vez, no estado de viúva, com 72 anos de idade, a distinta senhora que também fora esposa dos 1.º e 2.º barões de Barcelinhos, D. Rita Soares de Oliveira. Como escritor foram estes os seus principais trabalhos: *Os Salões*, *Gil Vicente*, *Questões sociais* e *O proletariado europeu*. A primeira obra, inicialmente publicada por Cmailo em *Noites de insonia*, dedicou-a o autor a seu filho Ramiro.

Já então os viscondes de Ouguela haviam transferido a sua residência para o 1.º andar duma casa apalaçada da Rua da Emenda, com os n.ºs 28 a 36, que a viscondessa adquirira em nome de sua neta menor Maria de Lencastre Araújo. Lá esteve de 1906 a 1914 a Embaixada do Brasil e presentemente a Agência de Leilões de Leiria & Nascimento. Lda.



Foi muito cobiçado e teve múltiplas e variadas utilizações, até mesmo no tempo dos seus proprietários, o antigo palácio Barcelinhos que, no ano de 1880, quando se fez a junção da Direcção Geral dos Correios com a Direcção Geral dos Telégrafos, e se procurava um edifício onde pudessem funcionar, em conjunto, esses dois serviços públicos, foi lembrado para esse efeito o casarão do Chiado, que também se indicou para Palácio da Justiça, melhoramento tão reclamado desde distanciados tempos ⁽⁴⁷⁾.

Por esse ano de 1880, o distinto engenheiro Miguel Pais dava larga publicidade a um grande plano de ligação das várias cumeadas de Lisboa, nele incluindo o alvitre da construção de um viaduto metálico entre o

⁽⁴⁵⁾ *Diário Ilustrado* de 20 de Maio de 1873.

⁽⁴⁶⁾ *O Visconde de Ouguela, perfil biográfico*.

⁽⁴⁷⁾ *Três Palácios dos Correios na Rua de S. José*, de Godofredo Ferreira, pág. 27/8; *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, vol. 1.º, pág. 133.

Largo do Caldas e o Chiado, com a extensão de 330 metros por 12 de largura. E explicava assim a sua ideia, dando largas ao seu espírito de grande empreendedor:

«Passará (*o viaducto*) acima dos telhados dos prédios da Baixa, tendo os seus pilares nas ruas, ou melhor nos saguões dos ditos prédios, dando assim para os diferentes tramos aberturas entre 30 e 40 metros. Esta obra de Arte, se for convenientemente traçada e o seu projecto estudado com esmero, decoração bem adequada, mas simples, elegante e económica, em vista da sua posição mais central, mais bela, mais rica e de maior movimento da cidade, será uma das construções mais importantes e das mais imponentes que há a construir em Lisboa, posto que não das mais dispendiosas, pois estou convencido que, mesmo com as expropriações necessárias, não excederá a verba de 200.000\$000 réis.»

Entretanto, um grande incêndio, ocorrido na madrugada de 29 de Setembro, atingiu funestamente grande parte do palácio Barcelinhos, alvo dos entusiasmos de Miguel Pais que, voltando à liça, acentuou a vantagem que podia tirar-se da catástrofe, fazendo-se a abertura de um largo ajardinado no lugar do corpo central do edifício, cuja demolição sugeria. E, alongando-se em várias considerações na defesa do seu projecto, o autor continuou numa larga explanação, da qual destacamos o que disse em relação a esse sonhado logradouro público:

«... pela sua posição especial, será de grande beleza, terá a importante vantagem de facilitar consideravelmente o movimento naquele perigoso local, embelezando-o ao mesmo tempo, permitindo que, em lugar da vista ser interceptada pela fachada de um edifício, se espraie pelo vale central, o mais importante da cidade, tendo por fundo deste belo panorama, e em grande extensão, a sua encosta esquerda.»

O contumaz e erudito engenheiro, ainda idealizou outros melhoramentos, como elevadores e uma escada monumental, de preferência partindo da Rua Nova do Almada, nos limites do palácio, no espaço vago pela derrocada de um pequeno prédio incendiado (n.^{os} 102 e 104). Essa escadaria, segundo as suas palavras, seria «abrangida por cobertura de ferro e vidro fosco, para evitar a entrada directa dos raios solares. Convenientemente iluminada de noite e sempre policiada, pode prestar grande serviço ao movimento, pois encurta muito a volta, visto que vai sair quase em frente da travessa da Vitória».

Da campanha, tão nobremente sustentada, se fez eco, em parte, o vereador António Inácio da Fonseca, estabelecido com loja de lotarias na Rua do Arsenal, n.^{os} 62-64, que, em sessão da vereação de 4 de Outubro,

apresentou a seguinte proposta, que foi bem acolhida e enviada à comissão de obras:

«Que seja encarregada a repartição técnica de elaborar, no mais breve espaço de tempo possível, o projecto de um largo ajardinado, com abundância de água, cujo largo abranja a parte central do palácio Barcelinhos recentemente incendiado, e bem assim o projecto de uma escadaria que comunique a rua Nova do Almada com a rua do Crucifixo, no local onde existira um armazém de móveis, também incendiado, tudo acompanhado dos respectivos orçamentos de despesa;

Que esses projectos sejam enviados à comissão de obras, e esta dê com urgência o seu parecer sobre eles para entrar em discussão.»

Como é evidente, do que aqui fica relatado, nada se realizou. Nem tão-pouco tomou forma uma ideia concebida depois pela Câmara de Lisboa, consistindo na abertura de uma escada na parte central do palácio Barcelinhos, com serventia do Chiado para a Rua do Crucifixo. O palácio não seria cortado e o andar nobre ficaria como estava, com a mesma varanda corrida, exterior, e dispoendo de três pórticos com grades de ferro para encosto. O vestíbulo de entrada seria alargado lateralmente, começando aí uma escada dupla, cujos ramos, internos, paralelos à fachada posterior e unidos a ela, terminariam em frente das Ruas da Vitória e da Assunção⁽⁴⁸⁾.

Foi grande a tarefa empreendida pelo notável engenheiro Miguel Pais, como incomensurável era a ambição do seu espírito, que sonhou para esta nobre cidade, tão pobre de obras de arte e de monumentalidade, um grande número de realizações, plenas de beleza e de bem estudada comodidade.

★

Aludimos já, muito superficialmente, ao fogo que envolveu o palácio Barcelinhos. Acrescentamos agora que esse grande desastre, tendo alcançado celebridade, alarmou a capital, fez tocar a rebate os sinos das igrejas e pôs o valioso edifício em risco de perder-se. Escutemos este testemunho, que é a síntese da desenvolvida reportagem publicada pelo *Diário de Notícias* de 30 de Setembro de 1880:

«Correu ontem perigo de ser inteiramente destruído pelo incêndio que ali se desenvolveu pelas 4 horas da manhã, o edifício mais antigo e o mais notável do Chiado, e que serve de fundo a esta importante rua da cidade.»

(48) *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, vol. 1.º, pág. 126 e segs.

Esse pavoroso incêndio — assinalado entre os maiores que sofreu a cidade de Lisboa — em que houve algumas perdas de vidas, foi muito difícil de dominar e o rescaldo prolongou-se pelos dois dias seguintes. Consideraram-se importantíssimos os prejuízos, tendo-se dado conta de que uma das principais destruições fora a antiga capela do palácio, incorporada na área do *Hotel Gibraltar* e que possuía um quadro de autor, representando a Virgem, trabalho artístico de muito valor, que estava avaliado em sessenta libras.

A corporação dos bombeiros trabalhou denodadamente no domínio do incêndio, e a direcção da Companhia de Seguros «Fidelidade» assim o entendeu, tendo enviado ao Município a quantia de 120.000 réis, para ser distribuída da forma mais indicada.

Gervásio Lobato escreveu na sua *Crónica Ocidental*:

«Há muito tempo que em Lisboa não havia um incêndio assim.»⁽⁴⁹⁾

O sinistro acontecimento teve início num pequeno prédio que ficava anexo na vertente sul, correspondendo aos n.ºs 102 e 104 da Rua Nova do Almada, alugada a Vitorino Francisco Moreira Vidal, dono de um armazém de móveis e à firma Lence & V.^ª Canongia, com casa de pianos para venda e aluguer. As labaredas propagaram-se à propriedade que lhe ficava contígua pelo lado da Rua do Crucifixo, que servia de palheiro ou cavaliça, alastrou até grande parte do palácio e abrangeu as instalações dos *Hotéis Europa e Gibraltar*, vários estabelecimentos comerciais e o *atelier* do artista madeirense J. Camacho, fotógrafo da Casa Real, muito conhecido e conceituado em Lisboa, onde faleceu em 1898.

Duas individualidades de destaque, que habitavam o palácio, domiciliavam-se, respectivamente, nos 1.º e 2.º andares da Rua Nova do Almada: João Cristiano Keil, pai do notável músico e pintor Alfredo Keil, autor do hino nacional e avô da nossa Ex.^{ma} Consócia D. Guida Keil; e o visconde do Rosário (Manuel José do Conde), que fez fortuna no Brasil, para onde emigrou muito novo, chegando a fidalgo-cavaleiro da Casa Real.

O senhor Keil, que era muito considerado, e que por um bambúrrio da sorte entrou na classe de alfaiataria, sendo classificado entre os pri-

(⁴⁹) *O Ocidente* de 15 de Outubro de 1880.

meiros, era muito considerado como homem culto, elegante de maneiras e de espírito vivíssimo, privou com todos os grandes nomes de escol da fidalguia, finança, artes e letras. O funesto incêndio obrigou o distinto industrial a mudar imediatamente de casa e do facto preveniu assim os seus clientes, no *Diário de Notícias* de 2 de Outubro:

«O estabelecimento de J. Christian Keil, acha-se instalado provisoriamente na rua Nova do Almada, 69, 1.º andar, a contar da proxima 2.ª feira, 4 de Outubro.»

Foi curta essa passagem pela segunda casa da Rua Nova do Almada. Na Rua de S. Francisco n.º 45 é que o primoroso profissional, orgulhoso de si mesmo e do conceito em que era tido, continuou a servir a clientela elegante e exigente. Uma casaca *signé* Keil dava tom e personalidade a quem a vestia, abrindo as portas dos mais impenetráveis e aristocráticos salões...

O barão de Roussado (literariamente Manuel Roussado — 1833-1911), uma figura muito curiosa de Lisboa, fino observador e humorista, o primeiro autor português de revista, exteriorizou deste modo o conceito em que tinha esse perfeito *gentleman*:

«Keil é o mais elegante alfaiate de Lisboa, o alfaiate dos príncipes, um artista notável, cujas obras, na opinião dos que têm viajado pela Europa, igualam as dos primeiros alfaiates estrangeiros. Ao seu merecimento artístico reúne Keil as qualidades de um cavalheiro distinto pela sua educação.»⁽⁵⁰⁾

O sector mais atingido foi o da Rua Nova do Almada, onde se disseminavam os seguintes estabelecimentos: n.º 104, casa de chapéus de senhora, de Saturnino Pires; 106, oficina de chapéus-de-sol, de Bernardo Nunes Ferreira; 108, chapéus de senhora, de António Baptista Barreiro; 110, loja de sapateiro, de António José da Fonseca; 112, penteeiro, de Tomás José de Aguiar; 114, loja de chapéus, de Manuel Machado; 116, depósito de pianos, de Sasseti & C.ª; 116, s/loja, Celestino Barela; 118, camisaria de Joaquim Tomás de Seixas; 120 e 122, penteeiro e tabacos, de João Baptista Mora; 126, loja de chapéus-de-chuva.

⁽⁵⁰⁾ *Noites de Lisboa*, pág. 11 (notas).

Tardou pouco a reconstrução da ala incendiada. Do ano de 1883 temos nota de que alguns dos antigos estabelecimentos reocuparam os antigos lugares e outros entraram de novo, como o *Bazar Parisiense*, nos n.ºs 106 e 108. Também foi reerguido o prédio propagador do incêndio e nele se instalou a firma Calado & C.^a, com fábrica de papéis pintados, na Bica do Sapato, para venda a retalho dos seus produtos, com que era muito chique e estava em moda forrar as paredes das salas. Um dos antigos arrendatários, a casa de pianos da V.^a Canongia, que sofrera prejuízo total, recomeçou o negócio nos n.ºs 94 e 96 da mesma rua, e a outra similar, de Sasseti & C.^a, foi para o n.º 56 da Rua do Carmo, onde continuou as suas tradições, mas manteve durante muito tempo (até 1896 sabemo-lo nós) um depósito de pianos na loja do n.º 116 da parte sinistrada.

★

No tocante a estabelecimentos de hospedagem — na opinião do sr. Miguel Pais o melhor destino que podia ter o palácio Barcelinhos — foram quatro os que aí se instalaram: o *Hotel Europa* (também denominado *Hotel de l'Europe*, o *Hotel dos Embaixadores*, o *Hotel Gibraltar* e o *Hotel Universal*.

O primeiro (com entrada pelo n.º 16 da Rua do Carmo), sucedeu ao *Hotel dos Embaixadores*. Já lá estava em 1845 e perdurou até 1912, data em que os *Armazéns do Chiado* tomaram esse lado do palácio. Quando do grande incêndio, que destruiu 10 compartimentos, a gerência pertencia a M.^{me} Radegonde Gachet. Mais tarde entrou Ferdinand Piper, e, por falecimento deste, o negócio foi administrado pela viúva.

Eduardo de Noronha — um prolífero comentador dos acontecimentos do Chiado — deixou-nos a seguinte preciosa achega:

«Ali se hospedavam as autênticas celebridades que deliciavam o povo da capital — o povo abastado ou *empenhado*, entenda-se bem. Ali se alojaram com confortos abaciais algumas das primas-donas de gargantas cristalinas e de exigências arruinadoras, tais como a Devriés, a Scalchi, a Lolli. Ali se instalou pela segunda vez que veio a Lisboa, a 10 de Abril de 1888, a refulgente imperatriz da cena, a genial Sarah Bernhardt, o seu grego amante Damala e o seu enorme dogue, um teátrico cão dinamarquês, capaz de amedrontar Nelson quando bombardeou Cope-

nhague. Todas essas personalidades em voga tomavam posições acadêmicas nas respectivas janelas a fim de serem admiradas convenientemente, respeitosamente e artisticamente.»⁽⁵¹⁾

Os jornais da época acrescentavam que a célebre artista, que durante a viagem encheu um vagão dos caminhos de ferro com a sua enorme bagagem, se tinha instalado numa *suíte* de 5 salas. Os espectáculos foram pouco concorridos, não só porque o empresário havia faltado a compromissos, como também porque os bilhetes eram muito caros — uma libra cada *fauteuil*.

O *Hotel Gibraltar* ocupou o andar nobre ao longo da Rua Nova do Almada, com entrada pela porta principal, frente ao Chiado. Anteriormente, estivera num 2.º andar do n.º 10 da Travessa de Estêvão Galharde (em 1885 incorporada na Rua de Serpa Pinto), pelo menos de 1871 a 1874, sendo seu proprietário José António da Silva, o fundador do tradicionalíssimo *Restaurante Silva*⁽⁵²⁾. O hotel pertenceu depois ao dono da fábrica de cervejas da Trindade, Domingos Moreira Garcia.

Nas instalações do palácio Barcelinhos possuía o hotel uma sala de jantar, com mesa para 180 talheres e a antiga sala de baile, inatingidas pelo incêndio de 1880, que danificou todos os quartos do lado nascente, onde estavam seis hóspedes de nacionalidade estrangeira, membros dos Congressos Antropológico e Literário, que se haviam inaugurado em 20 de Setembro.

Foi das janelas do *Hotel Gibraltar* que, na noite de 31 de Outubro de 1878, na cidade de Lisboa, se fez a primeira experiência de iluminação eléctrica do Chiado, com máquinas e candeeiros cedidos por el-rei D. Luís.

O mais célebre de todos foi o *Hotel Universal*. Os seus princípios são anteriores a 1850, tendo começado como simples *hospedaria*, na supracitada Travessa de Estêvão Galharde, n.º 23. Foi estabelecida por um brasileiro, de nome Francisco Leandro Alves, ao qual sucedeu Augusto Lívio de Mendonça. Porém, a partir de 1852, quando tomou conta do negócio o célebre culinário João Baptista Podestá, italiano de origem, muito enaltecido e distinguido por Bulhão Pato, é que a casa criou fama,

(51) *Vinte e cinco anos nos bastidores da política*, pág. 277.



O Palácio de Barcelinhos no tempo em que continha o Hotel Universal, mostrando nitidamente o braço do fundador

recebendo pessoas de grande destaque, principalmente D. João de Meneses, D. Luís da Câmara, João José Vaz Preto, José de Melo Giraldes, César Poppe, Onofre Cambiazzo ⁽⁵²⁾, Simão Gattai, Dr. Tomás de Carvalho, Dr. José de Avelar, Palmeirim, Bento da França, Júlio César Machado, Luís de Campos, Freitas de Oliveira, Galiazzo Fontana e até, de vez em quando, aparecia Alexandre Herculano ⁽⁵³⁾. Caetano Fontana e Eugénio Mazoni deliciavam muitas vezes a assistência com solos de harpa e de piano.

Depois de perder o título de *hospedaria*, o *Hotel Universal* recebeu a formosa cantora do nosso *Teatro de S. Carlos*, Elisa Hensler, a quem foi concedido o título de condessa de Edla, quando do seu casamento, em 1896, com o rei D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha. Antes do consórcio — conta *Tinop* — a insinuante artista vienense saía do hotel, noite alta, para se encontrar com o futuro marido — às vezes com o traje de cena — que a esperava num trem no Largo da Abegoaria.

Eça de Queirós fez sitar neste hotel um certo número de cenas do seu romance *A Capital*, em que figura *Artur Corvelo*, a sua personagem principal.

Da Travessa de Estêvão Galharde, casa que o *Hotel Borgés* pôde aproveitar, transferiu-se o *Hotel Universal*, em 1883, para o palácio Barce-
linhos ⁽⁵⁴⁾, ocupando o lugar do extinto *Hotel Gibraltar*. Foi a partir de então — diz o senhor Matos Sequeira — que acabaram no *Hotel Universal* as reuniões literárias e os jantares elegantes.

O italiano Baptista Podestá, muito simpático e acolhedor e altamente estimado, faleceu em 1886, tendo já perdido a mulher, «a sua dedicada companheira, que atraía, com singular poder, quantos a conheciam, não só pela graça da fisionomia como pela educação e inteligência» ⁽⁵⁴⁾.

Este hotel era procurado assiduamente por Camilo, que lá esteve pouco tempo antes do encerramento e de o brilhante escritor ter posto termo à vida, na sua casa de S. Miguel de Seide. O fecundo romancista chegou à capital na manhã de 20 de Outubro de 1887, como noticiaram os jornais, e instalou-se no seu quarto preferido, no 1.º andar do lado da Rua Nova do Almada. Voltou em 22 de Novembro do ano seguinte,

⁽⁵²⁾ *O Carmo e a Trindade*, de Gustavo de Matos Sequeira, vol. 3.º, pág. 252.

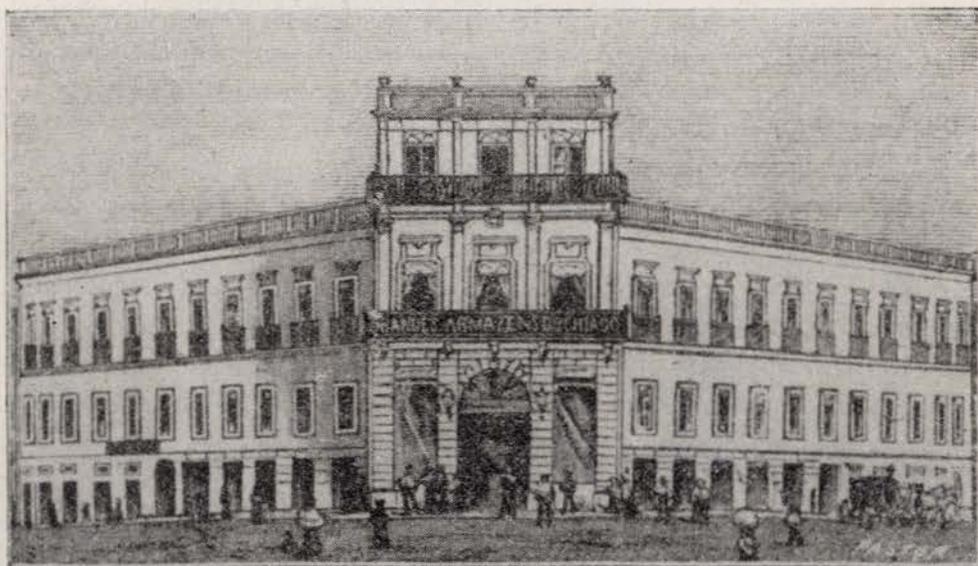
⁽⁵³⁾ *Memórias de Bulhão Pato*, vol. 3.º, pág. 283.

⁽⁵⁴⁾ *Lug. citado*, pág. 300.

continuando atormentado pelo sofrimento causado pela cegueira, sendo infrutíferas as consultas aos melhores oftalmologistas. Camilo também procurava o *Hotel Borges*, e, por último, em 1889, esteve no *Hotel Durand*, do Largo do Quintela.

★

Já acentuámos o muito que foi ambicionado o palácio Barcelinhos, de posse múltipla e de aspectos heterogéneos. E nem admira. A sua localização foi sempre excelente e as amplíssimas salas permitiam adaptação fácil às mais diversas modalidades. Uma das melhores apropriações conse-



Um aspecto do Palácio Barcelinhos em 1894, quando lá estavam instalados os primitivos «Grandes Armazens do Chiado». A porta do lado da Rua do Carmo, contígua à entrada principal, dava comunicação para o elevador que partia da Rua do Crucifixo

guiram-na importantes clubes particulares, que no seu tempo se apelidavam mais preferentemente por *Assembleias*. E não foram poucas as casas deste género que lograram aproveitar-se das magníficas condições do histórico imóvel. De nada menos de cinco, nós demos conta: *A Real Academia Melpomenense*, a *Assembleia Filarmónica*, a *Assembleia Filarmónica Lusitana*, a *Assembleia Portuguesa* e o *Clube Português*.

O mais florescente de todos estes centros de diversão, adoptando como lema principal a defesa e cultura da arte musical, foi a *Assembleia Filar-*

mónica ou *Filarmónica de Manuel dos Contos*, a primeira do género que fez a sua entrada no palácio Barcelinhos, ocupando o 1.º andar, com entrada pela Rua Nova do Almada n.º 116. Fundada em 1839, recebeu em 1842, como dirigente da sua orquestra de amadores, o esperançoso maestro Guilherme António Cossoul, então apenas com 14 anos.

A *Assembleia Filarmónica*, mobilada com gosto e decorada com arte, converteu-se no ponto de reunião da melhor sociedade. Havia todos os dias jogo, leitura de jornais, chá, etc., e, no Inverno, além dos animados bailes, eram certos os concertos musicais, em que colaboravam exímios professores. Tornou-se rival da *Academia Filarmónica de Lisboa*, da Rua do Alecrim (primeiro no palácio de Rio Maior), que surgira um ano antes. Derivaram ambas da *Sociedade Filarmónica Lisbonense*, iniciada em 1822, por João Domingos Bomtempo, na Rua do Carmo, n.º 5, e que depois passou para o desaparecido palácio do duque de Cadaval (junto ao Rossio).

A essas duas *Assembleias* presidiu o conde de Farrobo, que tocava trompa primorosamente e tinha um carinho especial por todas as manifestações de Arte. O grande *Mecenas* tentou conciliar os dois grupos, que travavam uma luta violenta — «com todos os ciúmes e exclusivismo de dois partidos políticos», na afirmação de Fonseca Benevides ⁽⁵⁵⁾ — mas tudo foi inútil.

O entusiasmo por estas colectividades viera com o regime constitucional e o gosto pela música firmou-se já no liberalismo, após o regresso de muitos exilados políticos, quando o conde de Farrobo, reabrindo os seus salões do Alecrim, gastava rios de dinheiro nas Laranjeiras. Succediam-se por toda a parte os concertos de boa música e a interpretação das melhores óperas. E aqui, na *Assembleia Filarmónica*, seguindo nessa brilhante esteira, caprichava-se na organização dos melhores programas, de cuja retumbância ficou assinalado registo.

Em 1844, cantou-se a ópera *D. Sebastião*, de Donizetti, em que entraram notáveis amadores; em Junho do ano seguinte, houve um concerto em que se executou a sinfonia da *Semiramis*, de Rossini, para 4 harpas e 4 pianos, arranjo de Caetano Fontana, representando-se em Setembro a ópera *Ernani*, igualmente desempenhada por amadores; em Julho de 1846, também obteve grande brilho a ópera *I due Foscari*, em que se destacou o rabequista César Rossi; no mês de Novembro de 1847, cantou-se pela primeira vez em Lisboa o «Hino Popular do Papa Pio IX», música de Rossini,

(55) *O Real de S. Carlos*, de Fonseca Benevides, vol. 1.º, pág. 207.

tomando parte 140 pessoas de ambos os sexos, entre vozes e instrumentistas; e, dois anos depois, em Agosto, quando estava entre nós o pianista António de Kontski, executou-se pela primeira vez o grande terceto de piano, rebecca e violoncelo, que aquele insigne artista dedicou à Rainha D. Maria II; em Agosto de 1850 voltou a ouvir-se o 3.º acto de *Ernani*, cantando pela última vez, em Lisboa, o barítono Fiori e tocando o jovem pianista Artur Napoleão (de 7 anos incompletos), que D. Fernando protegia; e, em Julho de 1851, apresentou-se a grande lírica Clara Novello, que fazia parte da companhia de S. Carlos.

Também não se olvidaram as óperas *Capulettos* e *Montecchios* de Bellini e *Nabuccodonosor* de Verdi, as quais, como todas as outras, se levaram à cena com grande montagem. Nas personagens principais e nos coros entraram distintos amadores, que faziam parte da alta sociedade.

Revestiu-se de grande distinção o concerto de 6 de Dezembro de 1849, celebrando o aniversário natalício de D. Fernando, tendo assistido toda a Família Real. Entre o mais, cantaram-se a sinfonia *O Salteador*, de João Guilherme Daddi, uma ária da *Rainha de Chipre*, de Puccini, acompanhada a nove harpas. O grande pianista vienense, António Kontsky, tocou diversos trechos com o seu colega Guilherme Daddi. Este distinto artista tocou ao lado de Liszt, quando esta celebridade esteve em Lisboa. Ambos frequentavam o paço, na intimidade de D. Fernando.

O concerto de 5 de Janeiro de 1856, em que se fez ouvir uma *cantata* original de Guilherme Cossoul, dedicada ao rei artista, também foi assistido pela Família Real.

Teve brilhante acolhimento o músico italiano Caetano Fontana, nascido em Milão e que veio para Lisboa em 1835, como emigrado político. Harpista de rara distinção, alcançou enorme êxito no concerto de 17 de Novembro de 1849, em que tomaram parte nove executantes de tão mágico instrumento: D. Carolina Smith Rosier, D. Matilde de Futscher, D. Sofia Cossoul, D. Teodolinda Vejga, Caetano Fontana, dois dos seus filhos (Alfredo e Galleazzo), Guilherme Cossoul e António Serzedelo Júnior⁽⁵⁶⁾.

A *Revista Universal Lisbonense*, o importante jornal literário dirigido por Castilho, dava frequente noticiário destas festas, sempre em estilo dignificador, como este artigo que se leu em 2 de Março de 1848:

(56) Em 29 de Outubro de 1903, deu um concerto no *Teatro da Trindade* a «Troupe Caserini», orquestra constituída unicamente de harpas, em que se apresentaram vinte e duas executantes, senhoras.

«Foi grandioso o baile, tanto pelo avultado número de concorrentes, como por ter sido animado pela presença de muitas das pessoas mais distintas e qualificadas da sociedade.»

Nas salas da *Assembleia Filarmónica* efectuou-se em 11 de Junho de 1851 uma reunião para discutir o projecto de constituição da *Associação Nacional para um caminho de ferro de Lisboa à Fronteira*.

Em plano seguinte podemos colocar a *Real Academia Melpomenense*. Localizou-se no andar superior ao da *Assembleia Filarmónica* e desenvolveu de forma notável a acção prevista nos seus estatutos, atingindo grande prestígio no meio musical, para o que muito contribuiu o nome e o auxílio material do conde de Farrobo. Extinguiu-se em 1856, para dar lugar a novo agrupamento, a *Academia Real dos Professores de Música*, que tomou a casa da Rua do Alecrim, onde estivera a *Academia Filarmónica de Lisboa*, finda naquele ano.

Do pouco de história que veio ao nosso conhecimento, fazemos sobressair o sarau de 19 de Abril de 1853, em benefício do *Asilo da Infância Desvalida dos Cardais*, a que assistiram Suas Majestades, o príncipe real D. Pedro e os infantes D. Luís Filipe e D. João. Tomaram parte os mais distintos músicos. Guilherme Cossoul dirigiu a orquestra, que executou uma sinfonia de Mozart. Deram o seu concurso os dois irmãos Croner, que eram muito da casa. Rafael José foi considerado um notável clarinetista e António José ganhou fama de primoroso flautista. Ambos foram professores do Conservatório e músicos da Irmandade de Santa Cecília.

O notável violinista austríaco, Luís Eller, quando em 1852 esteve em Portugal, tomou parte num concerto, em que fez realçar a sua magnífica arte e maravilhosa execução.

Também por aqui desenvolveu actividades, não sabemos por quanto tempo, a *Assembleia Filarmónica Lusitana* (mais conhecida por *Assembleia da Galocha* ou *Clube da Galocha*), frequentada pelo comércio médio, uma parte do funcionalismo e empregados no comércio de certa categoria e respeitabilidade. O alfacinha de esfera superior frequentava o *Club do Carmo*, de seu nome oficial *Club Lisbonense*.

A *Assembleia Portuguesa* (que nada tem que ver com outra colectividade da mesma designação, que em tempos anteriores gozou de grande fama e prosperidade, no palácio Valadares do Largo do Carmo, antecedendo ao *Club do Carmo*, que vimos de nomear), dá-nos indicação da

sua existência a partir de 1859, nos anúncios dos bailes de Carnaval ⁽⁵⁷⁾ e sabemos que ainda tinha actividade em 1869 ⁽⁵⁸⁾. Foi na sua sala principal, com entrada pelo n.º 116, 1.º da Rua Nova do Almada, que se efectuaram algumas das Assembleias Gerais do Banco de Portugal, após o incêndio dos Paços do Concelho ⁽⁵⁹⁾. Em 1865 também aí deu entrada a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa.

O *Club Português* foi outra destas agremiações, que já em 1883 preenchia o lugar da *Assembleia Portuguesa*, citada em precedência. Nasceu na Travessa de Santa Justa, n.º 70, foi do Chiado para a Rua de S. Roque, n.º 20, 1.º e acabou na Avenida da Liberdade, 27, 1.º

Em 1885 teve como presidente o visconde de Soares Franco, filho do Dr. Francisco Soares Franco, o mesmo que, na sessão pública das Cortes Gerais, de 16 de Agosto de 1821, fez votar uma moção julgando da conveniência da fundação do Banco de Lisboa, antecessor do Banco de Portugal. Em 1888, tais funções eram exercidas por Joaquim António Gonçalves Macieira, da família do conde de Macieira, de cuja genealogia o sr. Luís Pastor de Macedo fez uma longa explanação ⁽⁶⁰⁾; e as de tesoureiro estavam entregues a Ricardo de Sá, apreciado contabilista e autor de obras da especialidade, chefe da contabilidade do Banco Nacional Ultramarino. Em 1892 encontramos o nome de Policarpo José Lopes dos Anjos, figura importante do alto comércio, a que já nos referimos em trabalho anterior ⁽⁶¹⁾, sendo tesoureiro o Dr. Joaquim José Rodrigues da Câmara, médico-cirurgião muito distinto, vereador do Município de Lisboa, presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco de Portugal e condecorado com a medalha da febre amarela, instituída pela mesma Câmara. E desempenhava o cargo de secretário, o general Joaquim Carlos da Silva Heitor, um dos fundadores da *Sociedade Protectora dos Animais* e que adiante nos aparecerá como componente do conselho fiscal da *Companhia dos Grandes Armazéns do Chiado*.

Ainda relativamente a funções recreativas, podemos juntar o *Grande Salão de Bilhar*, situado no 1.º andar do n.º 116 da Rua Nova do Almada, que em 1898 oferecia aos seus clientes concertos de viola francesa.

(Continua)

⁽⁵⁷⁾ *Diário do Governo* n.º 33, de 9 de Fevereiro.

⁽⁵⁸⁾ *Diário do Governo* n.º 109, de 17 de Maio. Ainda conhecemos uma terceira *Assembleia Portuguesa*, que em 1898 desenvolvia grande actividade na Rua dos Anjos, 65, 1.º.

⁽⁵⁹⁾ *Diário de Lisboa* n.ºs 7, 8, 13, 24, 25, 36, 39 e 282 (de 1864); 134, 137 e 203 (de 1865) e 258, 259, 264 e 266 (de 1866).

⁽⁶⁰⁾ *Tempos que passaram*, de Luís Pastor de Macedo, pág. 143 e segs.

⁽⁶¹⁾ *A Patriarcal Queimada — Uma síntese da sua história*, do autor.

A propósito de uma viagem cultural aos Açores e Madeira

pelo DR. FRANCISCO FÉLIX MACHADO

A actividade cultural dos «Amigos de Lisboa» há muito saiu do âmbito restrito da cidade que lhe deu o nome e tanto assim que nas suas visitas de estudo se tem, por vezes, deslocado a pontos afastados da capital; que admira pois, que um dia, e tendo sempre em mira um fim cultural se pensasse ir mais além das fronteiras de Portugal continental deslocando-se até aos arquipélagos da Madeira e Açores?

Assim de perto melhor seriam conhecidas as incalculáveis belezas naturais, com que a natureza tão pródiga se mostrou, a história do seu descobrimento e povoamento, os seus caracteres étnicos, que se têm conservado através de séculos, os seus costumes tão ciosamente guardados, as cambiantes da própria língua, o uso corrente de palavras caídas umas em desuso entre nós, substituídas outras por palavras estrangeiras, etc.

Preparam-se para 1960 grandes festas a fim de comemorar mais um centenário da morte do 5.º filho de El-Rei D. João I, o Infante D. Henrique; desgostoso com o que então se passava na Corte por causa da regência, retira-se para Sagres, rodeia-se de homens do mar, funda a Escola da Arte de Navegar, tendo sempre em mente o conhecer e descobrir novas terras para dilatar a Fé e o Império.

Quando as naus portuguesas sob o comando de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira demandavam as costas da África especialmente da Guiné, desencandeia-se uma grande tempestade, as correntes marítimas e os ventos desviam-nos do rumo traçado e levam-os, quando já se julgavam perdidos, à vista da Ilha do Porto Santo, nessa

altura completamente deserta. Decorrido um ano, desta vez, então, em naus mais apropriadas e melhor apetrechadas chegam à Ilha da Madeira no ano de 1419.

Mas o Infante tinha conhecimento da existência de terras perdidas no meio do mar, quer pelos portulanos quer pelas cartas de Parma de 1351 onde vinham marcadas umas ilhas; numa carta catalã, da Biblioteca Real de Paris, encontraram-se marcadas algumas ilhas que correspondem ao Arquipélago dos Açores com os nomes Insule de Corvimarini, Le Conige, S. Zorze, Li Columbi, I. de Brasil, Insule de Santa Maria e no Atlas inédito da Biblioteca Pinelli, cuja data se fixa entre 1380 e 1400, vêm marcadas as ilhas na mesma posição com os nomes: Caprana, I. di Brazil, Li Colombi I. dela Ventura, S. Zorzi e Li Combi, I. di Corvimarini. Foi o conhecimento dessas terras que levou o Infante a preparar a expedição, cujo comando confiou a um seu criado, comendador da Ordem de Cristo, Gonçalo Velho, para as ir descobrir.

A 15 de Agosto, dia de Santa Maria, no ano de 1432, é avistada a primeira Ilha dos Açores a que foi dado então o nome de Ilha do Infante; com a boa nova de tão feliz achado regressam as naus ao reino; a ilha foi doada a Gonçalo Velho; mas tinha o Infante a certeza que não era aquela a única parcela de terra perdida no meio do Atlântico e assim nova expedição é preparada, da qual nada resultou. Prepara-se a terceira expedição e é o próprio Infante D. Henrique quem indica aos pilotos o rumo que devem tomar uma vez encontrada Santa Maria. Assim, e desta vez, foi encontrada a Ilha de S. Miguel; a data, essa, é muito incerta quer no dia quer no ano. Da chegada mais tarde às outras ilhas pouco se sabe de positivo; do que se sabe, de verdadeiro ou de fantasia, será então dado conhecimento quando a excursão se aproximar do primeiro porto de escala dos Açores. Assim se abriu o caminho e escreveram as primeiras páginas da maior epopeia marítima de todos os tempos e de todo o mundo. Quando os «Amigos de Lisboa» pisarem pela primeira vez a terra açoreana não deixarão certamente de evocar com recolhimento e admiração a grande figura do Infante D. Henrique.

Façamos votos para que o bom tempo nos acompanhe e assim todos possamos apreciar um dos mais belos cantos da terra.

As palavras acima transcritas são o prólogo das que o nosso consócio Sr. Dr. Francisco Félix Machado, obsequioso director da viagem cultural aos Açores e Madeira, dirá a-propósito de cada ilha, durante a viagem.

Homenagem a Lisboa

O *Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Técnicos de Engenharia e Condutores* costuma realizar no «Coenaculum Arcus Iris» jantares-sessões em que se discutem problemas técnicos e se homenageam instituições.

O jantar-sessão de 1958 foi dedicado ao Município de Lisboa e para ele foi convidado o Grupo que se fez representar pelo nosso Secretário-Geral. À sessão presidiu por delegação do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa o Vereador Sr. Augusto Pinto.

Nessa sessão o nosso Secretário-Geral disse as palavras que abaixo se transcrevem, com a devida vénia, e que foram publicadas no n.º 1 do Vol. XVI referente a Janeiro/Março de 1959, da «Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores».

HÁ um ditado português — prosaico e plebeu —, que quer dizer que é supérfluo ou desnecessário o fazer ou dizer qualquer coisa — «chover no molhado».

É o caso, onde quase todos, se não todos, com serviços na cidade, são portanto seus amigos, dela cuidam; e até mesmo AMIGOS DE LISBOA, na verdadeira acepção do termo; que, vir falar sobre a obra dos «Amigos de Lisboa», é evidentemente supérfluo, porquanto, sendo obra de todos, todos a sabem muito bem.

Meritória tarefa a deste Cenáculo, que não esquecendo as necessidades vitais da alimentação, pensa simultâneamente nas do corpo e nas do espírito, servindo em ágape periódico, após opíparos banquetes, suculentas palestras.

Pena é, que esta sobremesa, seja tão insonsa e de apresentação tão sóbria.

E afinal, era tão fácil esperar bom, nesta nossa terra de oradores e de críticos, de filósofos e de poetas.

E, neste particular, como em tantos outros, Lisboa tem tido do melhor. Desde Camões a Castilho, de Camilo a Oliveira Martins, de Herrcu-

lano a Eça, tudo tem tido, até santos, apologetas e místicos, Santo António, Frei Bartolomeu dos Mártires, São João de Brito, João XXI e quantos mais.

E no papel de oradores, Lisboa ouviu sempre bocas de ouro no falar, e mesmo os não naturais de Lisboa, aqui tiveram o seu tablado principal, na nossa Sé orou António Vieira, e na Igreja, no Parlamento, e na Conferência, Lisboa ouviu Alves Mendes, José Estêvão, António Cândido, Híntze Ribeiro, Alexandre Braga, Manuel de Arriaga, Santos Farinha, António José de Almeida e tantos outros.

É a palavra, o mais belo dos dons, dado por Deus, ao homem. Plástica e harmoniosa, de tal modo plástica, que pode ir da injúria à oração, da prece recolhida ao grito de revolta; uma simples entoação, um breve sorriso ou um fransir de sobrelha, ao dizê-la, muda-lhe o significado e o parecer.

O falar, simbiose de sonoridade e de mímica, é uma criação maravilhosa. Converte, arrebatada, incendeia, demove, instrui, catequiza, comove e convence ou revolta.

E, que pena, não terem, no representante da agremiação que homenageiam com o seu convite e eu represento, os «Amigos de Lisboa», um detentor favorecido com esse dom de maravilha.

Por uma primavera, a florir, de 1936, catorze idealistas que nasceram lunáticos — o significado, então, nada tinha de «sputnítico» — reuniram-se e fundaram desinteressada e românticamente, um Grupo para trabalhar a bem de Lisboa. Com o andar dos tempos, vinte anos passados, os catorze fizeram-se mil e quatrocentos, embora dos primeiros só restem sete. E, anos após anos, em tarefa cumprida, algumas ilusões desfeitas, mesmo alguns dissabores sofridos é o mesmo o afã e mesma a ânsia de bem servir; velhos, embora, alguns, enamorados ainda, por sua e nossa dama — Lisboa.

E que glórias obtidas, e êxitos consagrados! Talvez, não pudéssemos exigir mais.

O aplauso e o agradecimento das Casas Regionais de Lisboa, ao fazermos vinte anos, atravessando a cidade, com os seus estandartes e os seus vultos mais representativos, até à nossa Sede, culminados com a concessão, pela Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa, da medalha de Ouro da Cidade, junto à noção exacta do dever cumprido, bem compensam os esforços feitos, e até, os dissabores sofridos.

81 números do nosso Boletim OLISIPO, publicados, o que representa mais de quatro mil páginas de texto olissiponense profusamente ilustrado,

tudo feito, sem auxílio de ninguém, a não ser a colaboração gratuita e a cotização dos associados.

Seja-me permitido citar em síntese a actividade desse Grupo de que periòdicamente os jornais falam, e tem sido:

Cinco audições musicais;

Seis realizações de cinema e teatro;

Seis circuitos turísticos na cidade mostrando a cidade nova;

Quinze colóquios olissiponenses;

Cento e vinte conferências na sede e dez na via pública;

Dois cursos de arte com vinte lições;

Cem edições próprias;

Dez evocações e almoços comemorativos;

Vinte e uma exposições;

Três lápidas colocadas;

Sete passeios no Tejo;

Trezentas e vinte e cinco visitas de estudo, das quais algumas fora de Lisboa, embora sempre com propósito olissiponense.

Temos mostrado Lisboa aos lisboetas, descobrindo recantos e até trazendo às salas do Grupo, colecções particulares de interesse e valor.

Algumas realizações ficaram notórias. O pitoresco de Lisboa, encheu até à rua, as nossas salas, então no Chiado, os cursos de arte, obrigaram-nos a pedir as salas da Sociedade de Geografia, a evocação das Viagens na Minha Terra foi-nos solicitado pelo Secretariado Nacional de Informação e resultou notável, a Exposição de Atavios de Outrora foi filmada para documentário e foi exibida nos cinemas. A conferência «Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa» e o «Evocação do Tavares Rico» foram radiodifundidas aquela em 1954 na Voz da Cidade da Emissora Nacional, esta na Voz de Lisboa em 1958 no Rádio Clube Português.

Os grandes problemas da urbanização foram, postos e estudados por nós, em antevisão. Em 1938 pedíamos a Duarte Pacheco a elaboração de um plano de urbanização da cidade, que ora chamam director, a que se refere o folheto «A Urbanização de Lisboa», e em Junho de 1957 representámos à nossa Câmara Municipal sobre a monumentalidade exterior indis-

pensável às construções da Avenida da Liberdade e ruas circunjacentes, agora em foco.

Ecléticos, todos se podem juntar a nós, sem reservas ou avareza, tudo o que conhecemos e sabemos mostramos e publicamos. É essa a nossa missão, e temo-la cumprido com firmeza e oportunidade.

O referido marca não só, o volume do trabalho feito, mas também a sua eficiência, que se afere ainda, pela iniciativa tomada por agremiações várias, até oficiais, em seguirem as normas da actuação do Grupo, por copiadas «*ipsis verbis*», o que, longe de nos afrontar, nos agrada, pois marca a utilidade do nosso labor e o que pretendemos, é que se faça obra a bem de Lisboa, e, sendo-o, tudo está bem, faça-o quem fizer, e como fizer, contanto que seja por bem e por Lisboa.

Na nossa caminhada, fizemos tudo? fizemos sempre bem? longe disso, fizemos o melhor que pudemos, como pudemos e as circunstâncias no-lo têm permitido e por isso continuaremos.

Assim, já este ano realizámos, como início da nossa actividade cultural uma exposição de apólices de seguro olissiponenses dos Séculos XVIII e princípios de XIX, uma conferência na sede sobre o mesmo assunto e visitaremos novamente o museu da Cidade.

E lá, no Museu, guarda-se muito do que a Cidade possui, digno de ver-se; da sua história, da sua evolução, da sua arte, desse mistério que é a vida de Lisboa e que, ao ver-se, para ver Lisboa, só falta sentir o barulho, que se ouve na esplanada do Castelo e que junto aos velhos pregões, é a voz de Lisboa, cantada por todos nós, alguns ainda com os trajos característicos que da Madragoa descem à baixa e dos Olivais vêm ao Rossio e, até, por essas muitas e variadas gentes desta metrópole que foi empório do Oriente e hoje é capital do Império, gentes tão desvairadas hoje, como então, vindas das sete partidas do mundo, outrora vestidas de brocado, que se vendia na rua Nova dos Ferros e hoje quase despidas, ou com indumentária exótica, que alguns menos apegados à nossa tradição e hábito, teimam lamentavelmente, em usar também.

É, para que esses hábitos exóticos se não arreiguem e as recordações do passado se não esqueçam ou percam de todo, e para isso continuar com toda esta boa vontade, que os «Amigos de Lisboa» têm trabalhado e trabalharão, se Deus quiser, sempre A BEM DE LISBOA. Eis em resumo a sua obra. A obra dos «Amigos de Lisboa».

Um Lisboeta bem Amigo de Lisboa

No dia 19 de Julho de 1874 na Rua do Bemformoso, Freguesia do Socorro, desta nossa cidade de Lisboa, nasceu José de Saldanha Rodrigues, que depois de várias vicissitudes da meninice a da adolescência veio a ser funcionário do Asilo Maria Pia, onde lhe nasceu a paixão pelo recheio da Igreja da Madre de Deus de que foi durante muitos anos, e ainda é apesar dos seus oitenta e cinco anos agora feitos, cicerone amável, solícito e interessado.

Porque numa pertinácia destas no seu amor e carinho às coisas velhas da nossa terra, sobretudo a este precioso escrínio e joia de antanho que é a Madre de Deus merece referência de todos, particularmente dos «Amigos de Lisboa» assim no seu boletim registam a efeméride e cumprimentam pelo seu aniversário o simpático Sr. Saldanha, na ocasião em que um grupo de amigos o vai homenagear.

E agora peggamos à Madre de Deus que por muitos anos lhe dê vida e saúde.

E. N.

Fábrica de Loiça de Sacavém

S. A. R. L. fundada em 1850 ||| Telefones P. P. C. 24958 | 23902 | 35942 | 367276 | 36824

Faianças de Fantasia e de uso doméstico — Loiça Sanitária e de Grés Cerâmico — Azulejos — Mozaicos

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA - Av. da Liberdade, 49/57 • PORTO - Rua dos Carmelitas, 40 - Telef. 2 20 33
COIMBRA - Rua Dr. Rodrigues, 13 - Telef. 235 44 • FUNCHAL - R. de João Gago, 14

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

A actividade cultural do trimestre passado iniciou-se em 5 de Abril com a repetição da visita de estudo à Quinta das Torres, Quinta da Bacalhoa e Igrejas de S. Simão e S. Lourenço de Azeitão. Em cinco autocarros e vários automóveis cerca de trezentas pessoas tomaram parte na visita, tendo sido recebidos nas Igrejas pelos seus proprietários.

A visita foi dirigida pelo nosso consócio Sr. Eng. João dos Santos Simões que nos locais prelecionou sobre o assunto, como da primeira vez, e deve-se à amabilidade dos proprietários das Quintas respectivamente a Família Bento de Sousa e M. Scovil.

Em 18 de Abril inaugurou-se na sede uma exposição de maquetas de construções antigas de Lisboa da autoria do nosso consócio sr. Luís Bonifácio.

A exposição incluía cerca de duas dezenas de construções em cartão, que foram muito apreciadas e das quais o autor ofereceu uma ao Grupo.

Pela mesma altura o nosso consócio Ex.^{mo} Snr. Eduardo Colaço dos Anjos ofereceu ao Grupo uma folha litografada, da sua autoria, representando a Torre de Belém, tendo oferecido também ao Grupo um exemplar da mesma Torre já armada.

A 23 realizou-se a 29.^a sessão de *Colóquios Olisiponenses* em que tomaram parte os consócios Snrs. Dr. Ferreira de Almeida e M. Sande Freire, o primeiro falou sobre a orientação arquitectónica das construções residenciais e o segundo sobre a história de alguns arruamentos da cidade.

A 26 realizou-se a primeira visita aos Museus dos CTT nas Av. Fontes Pereira de Melo, Rua das Picoas e Rua Castilho; essa visita repetiu-se em 3 de Maio, a ela concorreram numerosos consócios e foram dirigidas pela Sr.^a D. Josefa Crespo Carinhas, D. Maria da Glória Pires Firmino e pelo Sr. Alberto Serra.

No dia 28 de Abril, pelas 15 e meia horas, os Corpos Directivos dos «Amigos de Lisboa», representados pelos srs. Presidente da Assembleia Geral sr. prof. dr. Fernando Freitas Simões, Sec. da Assembleia Geral Joaquim Pascoal Rodrigues, Presidente da Junta Directiva sr. Gustavo de Matos Sequeira, Vice-presidente sr. prof. dr. Joaquim Fontes, Sec. Geral sr. dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, Sec. Geral Adjunto sr. dr. Alberto Gomes, Tesoureiro sr. Hugo Raposo, vogais srs. prof. dr. António Monteiro da Costa e dr. Eugénio Mac-Bride. Presidente



Quinta da Bacalhoa — *O lago*

da Comissão de Contas sr. dr. José Leitão de Barros, Sec. sr. Higinio Nunes da Silva e Relator sr. José Francisco de Oliveira, e da Sec. Cultural o sr. Mário da Conceição Costa.

Fez as apresentações o Secretário-Geral, como Vereador que é, e usou da palavra em nome do Grupo o presidente da Junta Directiva que agradeceu as referências ao Grupo feitas pelo sr. Presidente França Borges, na cerimónia da sua posse como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, oferecendo-lhe o concurso do Grupo na obra a realizar a bem de Lisboa e na defesa do seu património artístico e monumental. Respondeu o sr. presidente França Borges agradecendo a visita, aceitando e esperando o concurso do Grupo e declarando-se de sempre

interessado na sua obra que tem seguido e propondo-se inscrever gostosamente no número dos seus sócios como lisboeta que é.

Ao assunto referiu-se largamente a imprensa.

A 16 de Maio inaugurou-se na sede uma exposição de miniaturas de chapéus antigos da autoria do consócio Sr. Carlos Gonçalves e de bengalas das colecções dos consócios Snrs. Prof. Costa Sacadura, D. Guida Keil, Dr. Eduardo Neves, Coronel Xavier de Brito, José Francisco de Oliveira, D. Raquel Hansson e António da Silva Parreira.



Quinta da Bacalhoa — O sr. eng. João dos Santos Simões na sua dissertação para o Grupo

A exposição reuniu cerca de uma centena de modelos e moldes de chapéus e uma centena de bengalas de que oportunamente será publicada uma referência especial. Esta exposição despertou vivo interesse e a ela se referiu largamente a Imprensa.

A 24 realizou-se mais uma visita de estudo ao Museu Arqueológico do Carmo que foi dirigida pelo Secretário Geral.

A 30 de Maio inaugurou-se na sede uma exposição biblio-icongráfica sobre o Chiado, que serviu de proémio a uma conferência que no dia 4 de Junho o nosso consócio Snr. Mário Costa, seu organizador, realizou na sede sob o título «O Chiado — seus leões e seus braços».

Esta conferência que por completo encheu o nosso salão, foi presidida pelo nosso Presidente e teve a colaboração da declamadora D. Silvia Barbosa que disse versos sobre o Chiado.

A 18 de Junho realizou-se a 30.^a sessão de *Colóquios Olisiponenses* em que o nosso consócio Sr. Luís Bonifácio falou sobre Quillard e identificou na Travessa dos Algarves a sua morada e «atelier». A estes colóquios bem como aos anteriores presidiu o nosso Secretário Geral, e o texto do colóquio é publicado neste número.



*Os visitantes no claustro do edifício — antigo Convento de S. Domingos
— onde está instalado o Museu Regional de Aveiro*

A 28 cerca de cinco dezenas de participantes deslocaram-se em automotora especial a Aveiro a propósito das festas «Mil anos de história — dois séculos de cidade», romaria patriótica ao túmulo da princesa lisboeta a Infanta Santa Joana. Os excursionistas recebidos pelos dirigentes do turismo local, à frente dos quais nos cumprimentaram o Dr. Humberto Leitão e o Dr. António Gonçalves director do Museu Regional, visitaram os museus, Igrejas, a Fábrica de Faianças Aleluia etc. e assistiram à magestosa procissão em honra da Infanta Santa Joana, e almoçaram e jantaram na cidade.

Os «Amigos do Porto» aproveitando a ida dos «Amigos de Lisboa» a Aveiro, deslocaram-se a esta cidade para contactarem com os representantes do nosso Grupo. Os Dr. Vicente d'Almeida d'Eça, presidente,

o Dr. Henrique Pimenta da Costa Ferreira e os Srs. Jaime Pimentel de Faro, J. da Silva Godinho e António Lopes de Carvalho, que foram nossos convidados ao almoço e visitaram connosco a Câmara Municipal de Aveiro onde foram apresentados cumprimentos ao respectivo presidente Dr. Alberto de Souto. Foi também cumprimentado o Sr. Governador Civil do Distrito Dr. Ferreira da Silva.



Os representantes dos «Amigos do Porto» e dos «Amigos de Lisboa», junto do edifício da Câmara Municipal de Aveiro

No fim do almoço o sr dr. Almeida d'Eça anunciou a oferta de umas garrafas de vinho do Porto que propositadamente tinha trazido para com ele brindar os «Amigos de Lisboa». Nessa altura disse:

«Como Presidente da Direcção dos «Amigos do Porto», julgo-me no dever de vos dirigir, pelo menos, duas palavras — uma de saudação e outra de agradecimento. De saudação para vós, lídimos representantes dessa prestigiosa colectividade — «Amigos de Lisboa», que tanto tem contribuído com a sua acção associativa e cultural, para o melhor conhecimento e exaltação da bela cidade de Lisboa que

todos nós admiramos. De agradecimento — pelo convite gentil que nos fizeram para partilhar convosco deste ágape familiar, a que a presença de tam distintas Senhoras, confere um encanto particular.

O conhecimento das Festas que a Câmara Municipal de Aveiro tencionava levar a efeito na data do milerário da sua fundação fez nascer o propósito de aqui vir, a alguns de nós mais amantes desta terra ou por tradição de família — como eu próprio —, ou por simples admiração pela Princesa do Vouga. Todavia, foi só quando tivemos conhecimento da vossa vinda a Aveiro que se afervorou em nós o desejo de aqui vir também com o intuito declarado e desde há muito ambicionado, de tomar contacto pessoal convosco e estabelecer melhores e mais intimas relações com tam prestigiosas individualidades, visto que, até agora, tais relações não tinham passado de troca amável de correspondência e de algumas publicações culturais, entre elas a vossa excelente OLISIPO e o nosso modesto BOLETIM.

Assim, este encontro em Aveiro, é para nós sumamente agradável, e até me fez lembrar, perdoem o «simile», que tem muito de romântico e ponco de rigor histórico, o que se passou outrora algumas vezes, com príncipes portugueses que escolheram uma povoação da fronteira para entreolhar alguma bela princesa castelhana sua possível noiva. No nosso caso, não se trata positivamente de um consórcio, mas não exagerei muito, dizendo que é sim, um enlace que aqui viemos fazer, enlace de objectivos, de propósitos e aspirações. Objectivos: de fazer conhecer melhor para amar, as nossas duas cidades de Lisboa e Porto, propósito: de procurar aumentar o nível cultural dos nossos consócios mostrando-lhes tudo o que de respeitável e belo o Passado nos deixou e o Presente nos oferece; aspirações: de contribuir com a nossa colaboração desinteressada mas constante e apaixonada para que as nossas duas cidades caminhem par e passo na senda do progresso e se tornem mais famosas pelo que encerram de valores morais e artísticos e ainda de belezas naturais ou que a imaginação humana criou.

Nestas aspirações incluímos com um maior empenho, a possibilidade de um dia no Porto, vos poderdes sentar à nossa mesa correspondendo assim às gentilezas que tivestes para conosco.

E agora, Senhoras e Senhores, visto que já vos disse da nossa gratidão e do júbilo de vos conhecer, permiti que, para finalizar com este «topázio» na mão descoberto nas serranias do Douro e lapidado nas «oficinas» de Gaia, e como é de uso nas terras do Norte, eu brinde:

— Pela capital do Império, essa nobre e maravilhosa cidade de Lisboa que se transfigura constantemente, redobrando dia a dia em galas de beleza,

— pela prosperidade e maior conceito na vossa brilhante colectividade, escrínio de valores no campo das ciências, das artes e das letras,

— e finalmente, por todos vós, Senhoras e Senhores, pela vossa saúde e pela realização das vossas aspirações.»

Foi uma magnifica realização.

E. N.

B. DIAS & DIAS, LDA.

OFICINA DE TORNEIRO DE METAIS

INSTALAÇÕES PARA ÁGUA E GÁS

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras.
Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios
e banheiras de esmalte e zinco, esquentadores a gasolina e gás. Candeieiros para

gás e electricidade, camisas e chaminés de todas as qualidades. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Colocação de bombas e consertos.

Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria

Rua Nova da Trindade, 11-F Telef. 22648 • LISBOA

ALGUMAS EDIÇÕES
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Publicações do 8.º Centenário da Conquista da Cidade:

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DE LISBOA — *Livro I de Místicos e Livro II del Rei D. Fernando; Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Diniz, D. Afonso IV e D. Pedro I; Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565, 4 volumes; Livro I do Tombo das Propriedades Foreiras à Câmara desta mui insigne cidade de Lisboa, 2 volumes; Cabido da Sé, Sumários de Lousada...* (IX e último volume).

GRADES DE LISBOA — pelo Dr. *Jaime Lopes Dias*.

LISBOA — Oito Séculos de História — em 21 fascículos, sob a direcção de *Gustavo de Matos Sequeira* e com a colaboração litetrária de escritores da especialidade.

S. JOÃO DE BRITO — pelo Dr. *Marinho da Silva*.

Outras Publicações Culturais:

CASAS DA CÂMARA DE LISBOA — por *Luis Pastor de Macedo e Norberto de Araújo*.

A FREGUESIA DE S. TIAGO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE SANTA CRUZ DA ALCÁÇOVA DE LISBOA — por
Ferreira de Andrade.

AS FREGUESIAS DE LISBOA — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva.*

DISPERSOS (1.º vol.) — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva.*

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA — *Livros de Reis* (1.º, 2.º e 3.º vols.)

COLECTÂNEA OLISIPONENSE (1.º e 2.º vols.) — por *J. M. Cordeiro
de Sousa.*

ENSAIOS DE KANT A PROPÓSITO DO TERRAMOTO DE 1755 — tra-
dução do Dr. *Luís Silveira.*

HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS RELIGIOSAS DE
LISBOA (vol. 1.º)

INVENTÁRIO DE LISBOA (fasc. 1 a 12) — por *Norberto de Araújo.*

JARDINS E PALÁCIOS DOS MARQUESES DE FRONTEIRA — por *Cassiano
Neves.*

LISBOA SEISCENTISTA — por *Fernando Castelo-Branco.*

O POEMA DE LISBOA — por *Augusto de Santa Rita.*

LISBOA ANTIGA — O bairro Alto (vols. 1.º, 2.º e 3.º) — por *Júlio de Castilho.*

REVISTA MUNICIPAL — da direcção do Dr. *Jaime Lopes Dias.*

PÁGINAS OLISIPONENSES — introdução, selecção e notas de *Fernando Cas-
telo-Branco.*

LISBOA — por *Luís Teixeira.*

LISBOA E OS SEUS ENCANTOS

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS
À VENDA NA SEDE



VÁRIA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
A cor de Lisboa	13\$50	15\$00
Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34 e 43)... cada, dos que existem,	18\$00	20\$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
Jantar de confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

DR. ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13\$50	15\$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13\$50	15\$00
O Quartel de Campolide	13\$50	15\$00
C Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13\$50	15\$00
A Torre do Bugio	18\$00	20\$00

DR. ANTÓNIO QUADROS FERRO

O Enigma de Lisboa	7\$00	7\$50
---------------------------	-------	-------

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja do Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
O Campo de Santa Clara	13\$50	15\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
------------------------	--------	--------

DR. EDUARDO NEVES

Homenagem a Matos Sequeira... ..	13\$50	15\$00
Uma recordação sebástica no Sítio da Luz	18\$00	20\$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	13\$50	15\$00
--------------------------------	--------	--------

P.ª FRANCISCO LEITE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes	13\$50	15\$00
Alvorço na Lisboa setecentista	13\$50	15\$00

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras... ..	22\$50	25\$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27\$00	30\$00
Três Touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Guia do Olisipo n.ºs 1 a 11 cada	7\$50	8\$00
» » » n.ºs 12 a 21 cada	9\$00	10\$00
Visite Lisboa, 5.ª ed.	81\$00	90\$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital	54\$00	60\$00
Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º vols. cada	135\$00	150\$00
Idem, idem, 6.º vol.	162\$00	180\$00
Lisboa das sete colinas	36\$00	40\$00
Lisboa vista em 5 dias	13\$50	15\$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
D. Gilberto	13\$50	15\$00

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9\$00	10\$00
Lisboa (Comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
-----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém	27\$00	30\$00
---------------------------	--------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
--------------------------------	--------	--------

LUÍS MOITA

O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses 7\$00 7\$50

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina 6\$70 7\$50
A Rua das Canastras 7\$20 8\$00
Críticas, Correções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje»
do Sr. Paulo Freire 9\$00 10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da
Freguesia da Sé 9\$00 10\$00
Ascendentes de Camilo 13\$50 15\$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX 4\$50 5\$00

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama 18\$00 20\$00

DR. MANUEL VICENTE MOREIRA

O Problema da Habitação 27\$00 30\$00

MÁRIO COSTA

Da Rua Nova à Rua dos Capelistas 18\$00 20\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com
Carlos II de Inglaterra 9\$00 10\$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da
Escola Politécnica 13\$50 15\$00
O Sítio de Santo Amaro 18\$00 20\$00
O Palácio do Manteigueiro 18\$00 20\$00
Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda 45\$00 50\$00

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça 13\$50 15\$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém
A propósito da inscrição sepulcral do fundador da Ermida de
N. S. da Oliveira de Lisboa 45\$00 50\$00
18\$00 20\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente... .. 9\$00 10\$00

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas
da edilícia citadina 9\$00 10\$00

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... .. 45\$00 50\$00
A Quinta da Torrinha ao Vale do Pereiro 18\$00 20\$00

TINOP

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols... .. cada 13\$50 15\$00

OFICINAS
GRAFICAS

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

LISBOA

S. Vicente de Fora

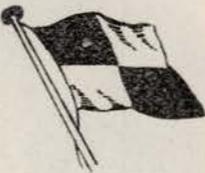
Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA — Telefones 2 30 21 e 2 30 26

Sucursal: R. Infante D. Henrique, 73 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África
Occidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

UMA FROTA AO SERVIÇO DA NAÇÃO E DO IMPÉRIO

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.		Navios de carga	Tons. desloc.	Tons. D. W.
Moçambique	9.423	18.220		Sofala	12.145	18.520
Angola ...	9.550	18.250		Moçâmedes ..	9.120	12.990
Niassa ...	9.706	16.330		Rovuma	9.120	12.990
Quanza ...	6.230	11.550		S. Tomé ..	9.050	12.550
Índia	6.655	11.677		Nacala	3.370	5.130
Timor ...	6.655	11.677		Tagus	1.532	2.581
Zambézia ...	1.857	3.538		Chinde	1.543	2.592
Lúrio	1.857	3.538		Angoche ..	1.630	2.320
Save	1.330	2.680				

Em construção:

Príncipe Perfeito — 20.000

VISTA ALEGRE

Há 135 anos
que mantem alto o prestígio da
Porcelana de Portugal

Gran-Prix na Exposição Internacional de Bruxelas — 1958

LARGO DO CHIADO, 18 — RUA IVENS, 19 — LISBOA



GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 663177/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 e 24

LISBOA

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo

70

Telefones: 30582 - 30583 - 28220

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

Casa Maciel, Lda.

CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Indústria Portuguesa

FABRICANTE DE
LANTERNAS

em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 2 24 51

63, Rua da Misericórdia, 65 - LISBOA



Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

**SEGURO
POPULAR
DE VIDA**



segure o seu filho
com um
Seguro
Popular de Vida
Dotal

50\$00
por mês

companhia de seguros

IMPÉRIO

rua Garrett, 56 - Lisboa

INDÚSTRIA... GÁS E ELECTRICIDADE

*... caminham a par na senda
do Progresso.*

Uma faz progredir as outras e todos nós
progredimos, com elas, de mãos dadas.

As novas indústrias beneficiam toda a
gente, assegurando trabalho e emprego a muitos
e fazendo prosperar as actividades comerciais.

As C. R. G. E. prestam todo o auxílio
e assistência técnica à Indústria, na resolução
de muitos problemas – o que reverte em
benefício de todos.



SPORT ALGÉS E DAFUNDO

FUNDADO em 15 de Junho de 1915, para se dedicar exclusivamente à Natação, o Sport Algés e Dafundo em breve alargou o âmbito das suas actividades desportivas, nunca deixando de marcar lugar preponderante nas diversas modalidades que pratica; tais como: Polo Aquático, Vela, Saltos Artísticos, Bailados Aquáticos, Ténis, Pesca Desportiva, Vela, etc. . . .

Desde 1930 que o Sport Algés e Dafundo é campeão nacional de natação na grande maioria das provas disputadas.

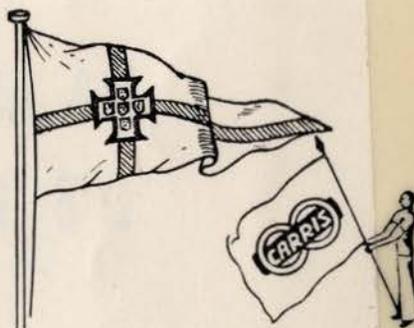
Em Basquetebol foi campeão regional na época de 1949/50; e ainda recentemente a sua secção de ginástica feminina conquistou um brilhantíssimo 1.º lugar, revelando excepcionais possibilidades para um futuro próximo.

São cerca de 400 os troféus ganhos por este Clube.

O seu Estádio Náutico, inaugurado em 1930, é, ainda hoje, a única piscina de clubes desportivos que possui dimensões oficiais.

O Sport Algés e Dafundo foi oportunamente considerado instituição de utilidade pública; possui a Comenda da Ordem de Cristo e Oficialato de Benemerência, a Medalha de Ouro do Instituto de Socorros a Náufragos; e as de prata da Câmara Municipal de Oeiras e Bombeiros Voluntários de Algés.

Não é o Sport Algés e Dafundo uma instituição desportiva de Lisboa; mas a sua projecção é tão vasta e profunda que muito nos honramos incluindo o seu nome nesta série de resenhas que estamos a publicar.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

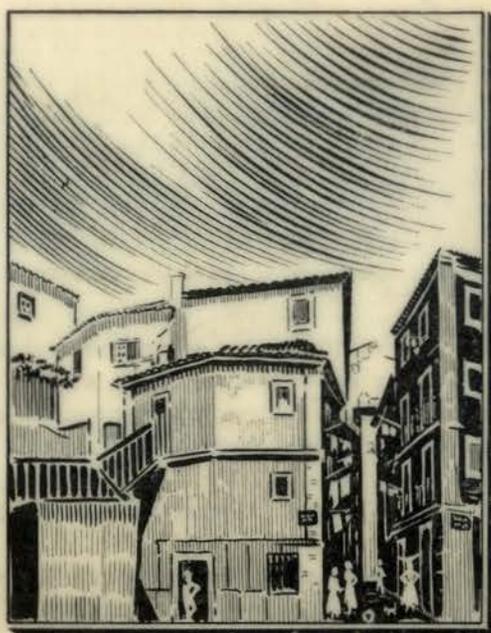
LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL